



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA – UNISUL
FLORIANÓPOLIS

PROF^ª. ORIENTADOR: CARLOS FERNANDO MACHADO PINTO

OCUPAÇÕES URBANAS - A RELEVÂNCIA DO ARQUITETO E URBANISTA NESTA REALIDADE

Florianópolis

2021/02

CAROLINE CUSTÓDIO

CARLOS FERNANDO MACHADO PINTO

OCUPAÇÕES URBANAS - A RELEVÂNCIA DO ARQUITETO E URBANISTA NESTA REALIDADE

O presente estudo tem como objetivo explorar a relação existente entre a ocupação urbana, presente na realidade urbana brasileira com o profissional da área de arquitetura e urbanismo.

CARLOS FERNANDO MACHADO PINTO

Florianópolis

2021/02

CAROLINE CUSTÓDIO

CARLOS FERNANDO MACHADO PINTO

OCUPAÇÕES URBANAS - A RELEVÂNCIA DO ARQUITETO E URBANISTA NESTA REALIDADE

Este trabalho foi julgado e aprovado em sua forma final,
sendo assinado pelos professores da Banca Examinadora.

Cidade, ____ de _____ de _____.

Prof. Carlos Fernando Machado Pinto

Prof. Marcelo Nogueira

Prof. Raquel Corbetta

Este estudo é dedicado aos profissionais de arquitetura e urbanismo,
aos incansáveis ativistas em busca de seus direitos,
e à toda sociedade que vislumbra um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Rosane e Miguel, por fornecerem a minha educação e me apresentarem a uma consciência social ampla.

À minha irmã, Daniela, pelo incentivo e apoio constantes.

Ao meu namorado, Diogo, pela parceria e apoio em todos momentos.

À minha família inteira, por me ajudarem nesse percurso que é viver.

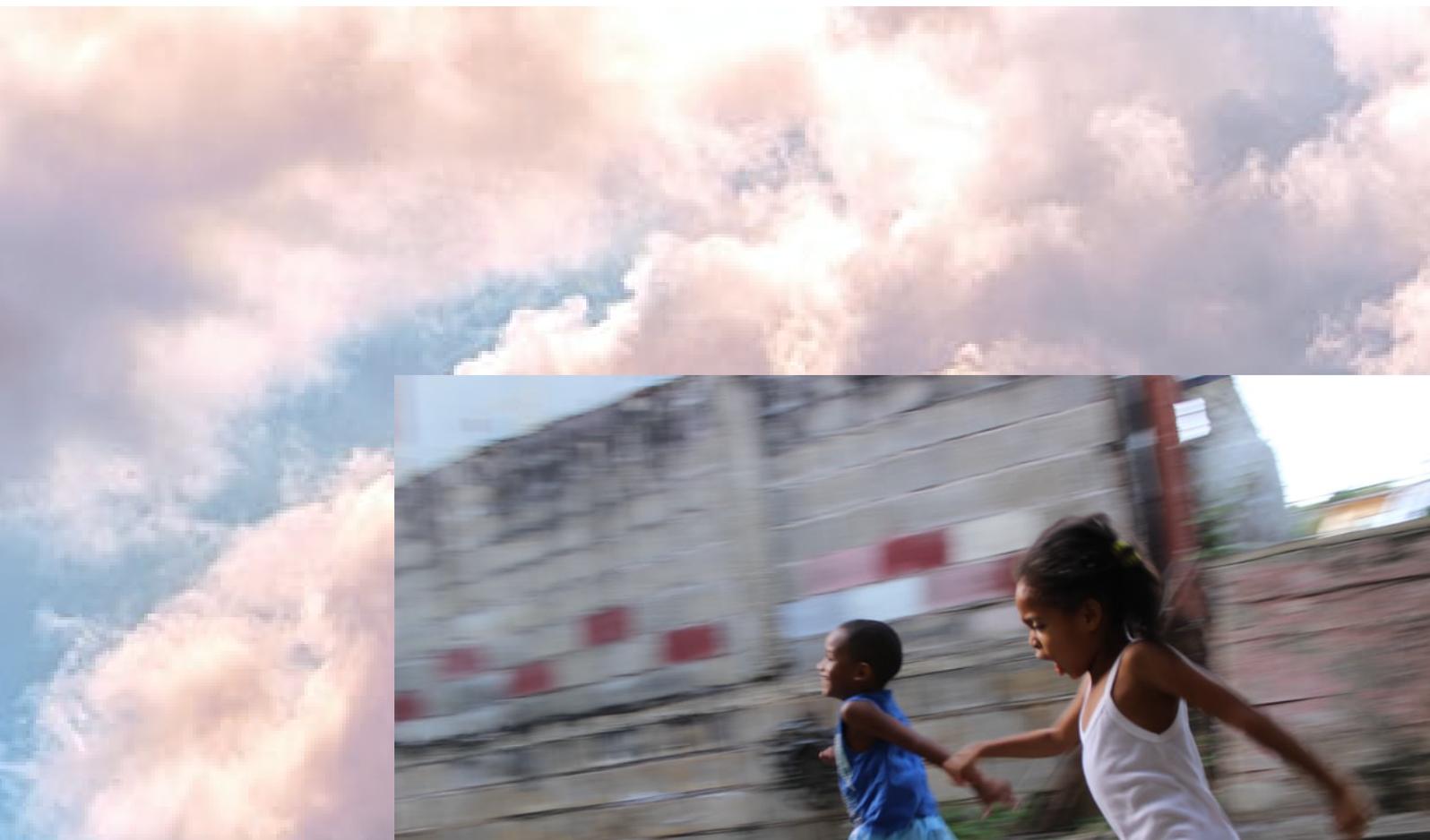
Aos meus amigos, por aliviarem, escutarem e compartilharem sempre.

Aos acadêmicos e profissionais da área de arquitetura e urbanismo que desenvolvem e anseiam por um mundo mais justo.

Ao meu orientador, Carlos, pela disposição e empenho em fazer parte deste trabalho.

À minha professora, Mariana, pela paciência e dedicação neste percurso.

À todos os professores que fizeram parte desta trajetória, somando e alterando minhas vivências e capacidades para estar aqui hoje.



Viver é partir, voltar e repartir

- Morte é quando a tragédia vira um costume -

Partir, voltar e repartir

- Pra diferença da qual ninguém tá imune -

Viver é partir, voltar e repartir

- Mas ouça de alguém que nasceu num tapume -

Partir, voltar e repartir

- É só na escuridão que se percebe os vagalumes –

(É TUDO PRA ONTEM – EMICIDA PART. GILBERTO GIL)



RESUMO

A realidade urbana brasileira, por conta de um passado histórico despreparado, vivencia atualmente diversas formas de expressões sociais em prol da transformação das cidades, exemplo disso são as ocupações urbanas. Neste estudo, explora-se o movimento social das ocupações urbanas e a relevância do profissional de arquitetura e urbanismo nesta realidade. Para tal, a pesquisa analisa a necessidade básica de dignidade humana e os diversos acordos e leis, nacionais e internacionais, que garantem ao ser esse alcance, sempre incluindo a moradia como fator decisivo para isso. Objetiva-se também compreender o sistema econômico e as políticas públicas fornecidas pelo governo, amplia-se o leque de pesquisa para ações passadas e presentes. Todas estas buscas sendo essenciais para a compreensão geral da ação social de ocupações urbanas. A metodologia de pesquisa possui caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, e classifica-se como uma pesquisa-ação, onde a teoria inicial complementa-se com a prática realizada na coleta de dados. Os procedimentos utilizados na coleta de dados foram: entrevistas e questionários. Estes destinados aos participantes e colaboradores das ocupações urbanas. Ao todo, são 5 ocupações urbanas tendo suas expressões representadas na pesquisa, estas dispostas em 3 regiões do Brasil (Sul, Sudeste e Nordeste). O resultado da pesquisa confirma a relevância do profissional de arquitetura e urbanismo na realidade das ocupações urbanas. O profissional se faz presente em todas as ocupações urbanas contatadas, com ações realizadas principalmente nos ambientes internos. Dentre a relevância e valorização das ações atuais do profissional, também foram reveladas possíveis formas de tornar a ação do arquiteto e urbanista mais relevante e coerente na realidade das ocupações urbanas, como: consciência política e consciência urbana. Estas percepções possibilitam uma reflexão maior a respeito de pontos a evoluirmos no contexto de arquitetura e urbanismo, seja em âmbito acadêmico ou profissional.

Palavras-chave: Ocupações Urbanas; Arquitetura e Urbanismo; Políticas Públicas; Lutas por Moradia; Urbanização; Imóveis Ociosos;

ABSTRACT

The Brazilian urban reality, due to an unprepared historical past, currently experiences various forms of social expressions in favor of the transformation of cities, an example of which are urban occupations. In this study, the social movement of urban occupations and the relevance of the architecture and urbanism professional in this reality are explored. To this end, the research analyzes the basic need for human dignity and the various agreements and laws, national and international, that guarantee this reach, always including housing as a decisive factor for this. It also aims to understand the economic system and public policies provided by the government, expanding the range of research to past and present actions. All these searches are essential for the general understanding of the social action of urban occupations. The research methodology has an exploratory and descriptive character, with a qualitative approach, and is classified as an action research, where the initial theory is complemented with the practice carried out in data collection. The procedures used in data collection were: interviews and questionnaires. These intended for participants and employees of urban occupations. Altogether, there are 6 urban occupations having their expressions represented in the research, these arranged in 3 regions of Brazil (South, Southeast and Northeast). The research result confirms the relevance of the architecture and urbanism professional in the reality of urban occupations. The professional is present in all urban occupations contacted, with actions carried out mainly indoors. Among the relevance and appreciation of the current actions of the professional, possible ways to make the action of the architect and urban planner more relevant and coherent in the reality of urban occupations were also revealed, such as: political awareness and urban awareness. These perceptions allow a greater reflection on points to evolve in the context of architecture and urbanism, whether in academic or professional scope.

Keywords: Squatters; Urban Occupations; Architecture and urbanism; Public policy; Struggles for Housing; Urbanization;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Capa – Ocupação Urbana Ouvidor 63.....	
Figura 02 – Colagem Crianças Correndo + Céu.	
Figura 03 – Colagem Moradora + Combate da Policia + Céu.	
Figura 04 – Colagem Mãe e Filha Moradoras + Árvores.....	
Figura 05 – Colagem crianças moradoras observando Policiais + Mar.....	
Figura 06 – Colagem de São Paulo + Ocupação Mauá	
Figura 07 – Colagem de São Paulo + Ocupação Mauá.....	
Figura 08 – Colagem Menino brincando na Ocupação + Céu.....	
Figura 09 – Colagem crianças e ocupação + Solo arenoso.	
Figura 10 – Moradores da Ocupação no Banho + Mar.	
Figura 11 – Espaço Cultural Alternativo.	55
Figura 12 – Ocupação Payoll.....	56
Figura 13 – Colagem Moradores em Palestra do MLB + Céu.....	
Figura 14 – Colagem Mãe e Filho em ataque policial + Céu.	
Figura 15 – Colagem Favela + Ocupação Urbana em Edifícios.....	
Figura 16 – Colagem Moradores Anita Garibaldi + Céu.....	
Figura 17 – Colagem Morador da Ocupação + Céu.....	
Figura 18 – Colagem Morador da Ocupação + Árvores.....	

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Reprodução Pirâmide de Maslow.....	26
Tabela 02 - Desenvolvimento de contatos - ocupações urbanas.....	65
Tabela 03 - Divisões de Grupos para os Questionários.....	70
Tabela 04 - Nomenclaturas Siglas.....	73
Tabela 05 - Coleta de dados Questões específicas.....	74

LISTA DE SIGLAS

- 1 OMS – Organização Mundial da Saúde
- 2 ONU – Organização das Nações Unidas
- 3 DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
- 4 CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo
- 5 UIA – União Internacional dos Arquitetos
- 6 ODM – Objetivos do Milênio
- 7 ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- 8 FJP – Fundação João Pinheiro
- 9 BNH – Banco Nacional de Habitação
- 10 PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
- 11 CVA – Casa Verde Amarela
- 12 FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- 13 PD – Plano Diretor
- 14 REURB – Regularização Fundiária Urbana
- 15 FNRU – Fórum Nacional de Reforma Urbana
- 16 ONG – Organização Não Governamental
- 17 MLB – Movimento de Luta nos Bairros e Favelas
- 18 MST – Movimento Sem Terra
- 19 OSC – Organização da Sociedade Civil
- 20 RPP – Resistência Popular Prolongada
- 21 FLM – Frente de Luta por Moradia
- 22 UMM – União dos Movimentos de Moradia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	METODOLOGIA.....	21
3	REFERENCIAL TEÓRICO	23
4	CAPITULO I – A BASE.....	25
4.1	O Ser	25
4.2	O Ser e o Meio	29
4.3	O Capital	36
4.4	O Governo.....	41
5	CAPÍTULO II – OKUPAS.....	50
5.1	A ação	50
5.2	História.....	51
5.3	Movimentos Sociais.....	57
5.4	Onde localizam-se as ocupações urbanas?	59
5.5	Ocupações e Políticas Publicas existentes.	61
6	CAPÍTULO III – COLETA DE DADOS	64
6.1	As Okupas.....	64
6.2	Meios de Contato	68
7	CAPÍTULO IV – DISCUSSÕES E RESULTADOS.....	72
7.1	Questões Especificas – Relevância do Arquiteto e Urbanista	74
7.2	Questões Circundantes – Vivências das Ocupações Urbanas.....	77
7.3	Percepções Gerais	79
8	FINALIZAÇÕES.....	81
9	REFERENCIAS.....	83
10	APENDICES	88
11	ANEXOS	90



1 INTRODUÇÃO

Vivencia-se a era da globalização, na qual conhecimentos são dissipados em segundos, denúncias locais tornam-se globais, grupos afins podem encontrar-se com uma facilidade inimaginável. E apesar de toda evolução social que ocorre, há também o trato negligenciado a respeito de direitos considerados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) básicos ao ser humano. Dentre estes direitos carentes de efetivação, pode-se citar a moradia, condição provedora de dignidade básica ao ser humano (FILHO, 2018).

Retomando historicamente a situação mundial, é necessário olharmos para o século passado, precisamente no período pós-guerra (1945), quando cinquenta países entraram, após um longo período de tempo, em consonância de ambições. Estas ambições eram básicas, humanas e globais. As pessoas precisavam de algo que as garantisse o mínimo, que proporcionasse um olhar mundial e justo perante os acontecimentos.

É neste momento que os Estados reconhecem que existem direitos que são inerentes aos seres humanos e que as vontades nacionais, por mais soberanas que sejam, não podem ditar regras contrárias àquilo que nos constitui humanos. (FILHO, 2018, P.15)

Foi nesse contexto, que a Organização das Nações Unidas (ONU) nasceu. A ONU foi criada em 1945, inicialmente com 51 países membros e atualmente com 193 países membros (ONU, 2021). E foi em 1948, que a mesma publicou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), com o intuito de universalizar e priorizar a condição humana básica para a sobrevivência. Dentre os direitos citados, vale frisar o que consta no Artigo 25 da DUDH:

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, p. 4)

Com o surgimento da ONU e posteriormente da DUDH, os países começaram a criar nova perspectiva sobre a dignidade humana e social, nos mais diversos âmbitos em que essa dignidade pode ser percebida. Entre elas, a necessidade e o direito à moradia,

segundo Carlos Almeida Filho (2018), são a base para uma vivência humana digna. Apesar de teoricamente e legalmente estarmos servidos quanto sociedade igualitária, a realidade não corresponde com a funcionalidade da teoria.

Um país é considerado urbanizado quando 50% de sua população reside em áreas urbanas. No Brasil, os primórdios da vivência urbana aconteceu com os primeiros ciclos econômicos (pau-brasil, cana de açúcar, ouro e café) porém a classificação de país urbanizado se deu na metade do século XX, com um crescimento sobretudo desordenado e desenfreado, promovido pela forte industrialização das cidades (BELLEI, 2001).

A urbanização desordenada, que pega os municípios despreparados para atender às necessidades básicas dos migrantes, causa uma série de problemas sociais e ambientais. Dentre eles destacam-se o desemprego, a criminalidade, a favelização e a poluição do ar e da água. Relatório do Programa Habitat, órgão ligado à ONU, revela que 52,3 milhões de brasileiros - cerca de 28% da população - vivem nas 16.433 favelas cadastradas no país, contingente que chegará a 55 milhões de pessoas em 2020. (MIRANDA, 2021)

Como visto, a urbanização do Brasil não ocorreu de maneira organizada, iniciando sua fase juntamente à diversos problemas sociais e hoje, 80 anos depois de seu princípio, o crescimento das cidades brasileiras segue em descompasso com o planejamento urbano e a política habitacional, fato anunciado pelas situações precárias de habitação. O Brasil possui atualmente 5,877 moradias inadequadas para habitação, totalizando 24 milhões de famílias nessa situação, números intrigantes que promovem a ação populacional desordenada em busca de sanar suas necessidades básicas, como a moradia sem custo, não atendidas pelo governo (BOULOS, 2014).

Dentre as ações populacionais em busca do cumprimento básico da dignidade, encontramos as ocupações urbanas, muitas vezes classificadas como invasões urbanas no Brasil, e chamadas de “bairros de latas” em Portugal, que podem ocorrer de duas maneiras: A primeira acontece quando uma população ocupa áreas urbanas irregulares e sem condições de habitação (FILHO, 2018). A segunda e que será explorada nesse estudo ocorre em meio a cidade urbana, quando pessoas individuais e grupos familiares invadem edifícios ociosos localizados no centro da cidade, privados ou públicos. Ambas são consequência da forte exclusão social que a cidade capitalista promove.

Como realidade paralela e possivelmente ocasional, não é possível separar a realidade urbana da realidade econômica. Mais especificamente da mercantilização do solo que acomete nossas cidades.

Sem dúvida, é possível dizer que hoje o mercado domina a cidade. Esta configuração – cidade dominada pelo mercado – é própria das cidades capitalistas, que começaram a se formar na Europa Ocidental ao final da Idade Média. (ROLNIK, 2017, pg. 18)

Segundo UN-Habitat (2021), foi estimado que 1 bilhão de pessoas no mundo eram residentes de ocupações urbanas irregulares, dado referente ao ano de 2003. Porém, percebe-se que tais ocupações expressam-se diferentemente conforme cada país ou região. É possível perceber que em países emergentes e com maiores entraves econômicos e sociais, essa realidade torna-se agravada. A globalização não impactou de maneira igualitária todos os países do mundo, naquele que antes da mesma ainda não tinha suas necessidades básicas atendidas e popularizadas, apenas fomentou a desigualdade social (ROLNIK, 2017). A solicitação por direitos humanos básicos é constante na realidade dos ocupantes, porém dentre os agentes da cidade, estes são os menos escutados.

O palco onde essa realidade ocorre é a cidade. Cidade essa que, em teoria, deveria ser estudada, planejada e criada por arquitetos e urbanistas. Atentamos agora para esse trecho presente no termo de Ética do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), o qual todos os graduados no curso tem ciência:

O arquiteto e urbanista deve defender o interesse público e respeitar o teor das leis que regem o exercício profissional, considerando as consequências de suas atividades segundo os princípios de sustentabilidade socioambiental e contribuindo para a boa qualidade das cidades, das edificações e sua inserção harmoniosa na circunvizinhança, e do ordenamento territorial, em respeito às paisagens naturais, rurais e urbanas. (Código de Ética, CAU, 2015, p.6)

O código de ética do profissional de Arquitetura discorre de maneira direta à formas de agir no espaço urbano, fortalecendo a cultura e os valores locais, buscando uma harmonia para com a população que ali já está.

O arquiteto e urbanista deve defender o direito à Arquitetura e Urbanismo, às políticas urbanas e ao desenvolvimento urbano, à promoção da justiça e inclusão social nas cidades, à solução de conflitos fundiários, à moradia, à mobilidade, à paisagem, ao ambiente sadio, à memória arquitetônica e urbanística e à identidade cultural.” (Código de Ética, CAU, 2015. P.6)

Constata-se, a partir disso, a perspectiva relacional existente entre a realidade das ocupações urbanas e a ação do profissional de arquitetura e urbanismo. O mesmo possui as capacidades legais para aproximar-se dessa questão urbano-social tão intrigante no meio urbano contemporâneo, as ocupações urbanas irregulares. Portanto como isto ocorre na prática? De que maneira há o posicionamento do profissional sobre esta questão? São algumas questões que serão exploradas neste estudo.

Sendo assim, a hipótese deste trabalho é de que o arquiteto e urbanista possui relevância suficiente para intervir e agir nessa realidade. Teoricamente, é o profissional com maior capacitação pela formação da cidade e apoio ao direito de moradia. É de responsabilidade do arquiteto a busca por uma cidade saudável, menos segregada e humana. É necessário perceber que o meio urbano é renovável e orgânico, a cidade por si só não define as segregações, a transformação ocorre nas decisões políticas, sociais e econômicas, e nelas estão as ideias humanas.

A perspectiva histórica das ocupações sociais mostra a permanência dessa existência no contexto urbano. A relevância do assunto é extrema, pois o mesmo contata diretamente os direitos básicos da humanidade, elaborados pela ONU e acatados pelos países membros, ou seja, pelo Brasil também. A falta de conhecimento e percepção dos agentes envolvidos nessa questão político-social-urbana, cria espaço para a irresponsabilidade e ignorância de pessoas que deveriam estar envolvidas na questão, dentre elas, os arquitetos e urbanistas.

O presente estudo pretende contribuir para com a sociedade trazendo visibilidade, informação e possibilidade de debate à respeito do tema. Assim como, almeja-se dar voz aos agentes mais silenciados da questão, os ocupantes, realizar um aprofundando à capacidade de um dos agentes que poderiam ter mais relevância nessa luta pelo direito à moradia, os arquitetos e urbanistas. Ao meio acadêmico, contribui-se com uma visão mais específica da relação do arquiteto e urbanista com essa realidade, retomando alguns conceitos e responsabilidades dos mesmos e fortalecendo a perspectiva social, humana e política dentro do curso de arquitetura e urbanismo.

Para a melhor compreensão e efetivação desse trabalho, ficou definido como objetivo geral identificar a relevância do arquiteto e urbanista na realidade das ocupações

urbanas. E para aprofundar, embasar e alcançar este objetivo, ficaram definidos os objetivos específicos, que são: entender as necessidades básicas do ser humano; conhecer as leis, normas e acordos que circundam a realidade das ocupações urbanas; entender as influências econômicas e políticas que acontecem no meio urbano; explorar a relação existente entre os ocupantes e os profissionais de arquitetura, para assim dimensionar a relevância atual e ideal do arquiteto e urbanista no cenário de ocupações urbanas;

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa foi de caráter exploratório e descritivo, o tema em debate sugere uma ação social e conseqüentemente, se faz necessário um embasamento histórico e de temas relacionados para uma compreensão efetiva da situação. A abordagem será qualitativa. O presente trabalho consta com duas etapas e classifica-se como uma pesquisa-ação, onde a teoria e a ação encontram-se de maneira complementar na finalidade da pesquisa.

Para a primeira etapa, os procedimentos utilizados foram: pesquisa bibliográfica e análise documental, com natureza básica. A base de pesquisa bibliográfica ocorreu de maneira digital, em bibliotecas selecionadas a partir da disponibilidade dos livros citados na etapa de referencial teórico. A análise documental também foi realizada digitalmente, respeitando sites oficiais e as respectivas normas oficiais.

Posterior à etapa teórica, há a etapa de ação, onde os procedimentos utilizados foram: coleta de dados e pesquisa de levantamento (questionários e entrevistas). Os questionários ocorreram com séries de perguntas respondidas sem a presença do pesquisador e possuíam arquivo explicativo a respeito do tema. (LAKATOS, 2001). Quanto às entrevistas, as mesmas ocorreram de maneira despadronizada e não estruturada, objetivando uma liberdade de expressão e abertura à novos temas de uma maneira mais orgânica. Os contatos e entrevistas aconteceram entre as plataformas: WhatsApp, Instagram e Outlook. E para os questionários, foi utilizada a plataforma do google – Google Forms e também, de maneira redigida via e-mail e WhatsApp para alguns participantes.

Na coleta de dados, objetivamos contatar sete ocupações e representantes, mas finalizamos com cinco ocupações e seis representantes das mesmas. Todos os contatos foram de extrema importância para a pesquisa presente. Os meios de coleta de dados foram complementares, possibilitando duas maneiras de explorar o tema: o questionário possibilitou respostas mais concretas e efetivas, facilitando a leitura dos resultados; e as entrevistas, possibilitaram o aprofundamento das questões e da realidade, assim como

um maior envolvimento pessoal e também vislumbres mais amplos do que o esperado a respeito do tema.

Para o recolhimento dessas informações entramos em contato com as respectivas ocupações e participantes: 1. Ocupação São João 588 – São Paulo/ Vanessa Gelbin (Moradora e ativista); 2. Ocupação Anita Garibaldi – Santa Catarina/ Jahy Pronsato (Coordenador do Movimento de Luta nos Bairros e Favelas de Santa Catarina- MLB); 3. Ocupação Manoel Aleixo – São Paulo / Matheus Troilo (Coordenador MLB de São Paulo) e Jorge Luis (Morador e ativista); 4. Ocupação Kasa Invisível – Minas Gerais/ Ommar Motta (Morador e colaborador); 5. Ocupação Leonardo Cisneiros – Pernambuco/ Jean Carlos Costa dos Lírrios (Coordenador do MLB de Pernambuco).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A percepção da moradia como uma necessidade humana básica é proveniente da contextualização histórica da sociedade. Primeiramente, ao retratarmos a base da humanidade, percebemos a busca instintiva por sanar necessidades, secundamente, encontramos no período pós segunda guerra mundial (1945) uma enorme lacuna de necessidade por sanar. Esta lacuna é a dignidade humana básica.

É neste momento que os Estados reconhecem que existem direitos que são inerentes aos seres humanos e que as vontades nacionais, por mais soberanas que sejam, não podem ditar regras contrárias àquilo que nos constitui humanos. (FILHO, 2018, p.15)

Com a percepção básica de que haviam necessidades primordiais para todos, indiferente de culturas e localizações, a Organização das Nações Unidas foi criada e junto a ela, a Carta das Nações Unidas e posteriormente a Declaração Universal de Direitos Humanos. Nacionalmente, temos a Constituição Federal de 1988 que aderiu ideias básicas provenientes dos documentos citados anteriormente. Fato é que em todas as normas e leis, a constatação da moradia como necessidade básica foi considerada um direito de todos os cidadãos.

Para além do conceito de direito à moradia, é necessário compreender o direito à cidade, que nas palavras de Harvey (2013) é mais do que um direito condicional a cidade já existente, mas sim um direito atual e ativo, capaz de criar uma cidade diferente e de forma-la de acordo com as necessidades coletivas, definindo assim uma maneira de ser humano alternativo, finaliza “se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito”.

A cidade encontra-se, atualmente, dominada pelo mercado e como afirma Rolnik (2015) essa realidade é fruto do sistema econômico capitalista. Completando a compreensão da cidade com interferência do sistema econômico vigente, é necessário compreender que a lógica capitalista dominante trata a moradia e os direitos sociais com base em valores de dinheiro e de troca e não como uma necessidade de uso e garantia de direito (Boulos, 2015).

Para o capital, pouco importa se há gente precisando de moradia: importa se há quem possa pagar por ela e trazer lucro às construtoras e donos de terra.

Tudo é transformado em mercadoria, independente das necessidades sociais. Se não fosse assim, seria inexplicável haver tantas casas vazias ao lado de tanta gente sem-teto. (BOULOS, 2015, paginação irregular)

Aprofundando um pouco mais na realidade nacional, visto que, as definições governamentais são as que gerem a realidade urbana, adentramos em um aspecto amplo. A expressão a ação do governo de um país provem das ações de políticas públicas do mesmo, no caso das ocupações urbanas, as políticas públicas urbanas. No decorrer das últimas décadas, o Brasil passou por algumas políticas públicas de moradia, entre elas, o Banco Nacional de Habitação, o programa Minha Casa Minha Vida, entre outros. Mas a realidade é que a efetivação destes nunca foi evidenciada. Com o passar dos anos, as mazelas e deficiências dos programas eram relatadas pelo país. Apesar dos insucessos de programas de políticas públicas, os mesmos são essenciais para a evolução urbana e social de um país, Erminia Maricato discorre sobre o tema:

Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo forma como se realizam fazem a diferença. (MARICATO, 2013, paginação irregular)

Concomitantemente a realidade governamental no país, existe também uma realidade de ação que é efetivada pela população. Dentre as pesquisas realizadas, foram encontrados inúmeros movimentos sociais em prol da moradia digna e do acesso a cidade, muitos deles, classificam-se como um movimento de luta. E conforme cita Harvey (2013), o direito da cidade não é um presente, e deve ser tomado por movimentos políticos, pois é uma luta que merece ser realizada e de caráter inalienável. A liberdade da cidade ainda precisa ser alcançada e o caminho, é a luta pela efetivação dos direitos.

“O direito a cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político. A luta pelo direito a cidade merece ser realizada. Deve ser considerada inalienável. A liberdade da cidade ainda precisa ser alcançada. A tarefa é difícil e pode tomar muitos anos de luta” (HARVEY, 2013, paginação irregular)

Com estas percepções foram criadas as bases teóricas para o discorrimento da pesquisa com foco nas ocupações urbanas. O aprofundamento nas questões que regem a cidade são essenciais para compreender a localização das ocupações urbanas e as lutas que enfrentam, assim como as forças que agem e podem agir na mesma.



4 CAPITULO I – A BASE

4.1 O ser

4.1.1 Origem

Primeiramente, é necessário citar a importância da análise e percepção histórica para que o aprofundamento de futuras questões, que aqui serão propostas, seja amplamente compreendido. Considera-se o tema do atual estudo, ocupações urbanas e a influência do arquiteto e urbanista nesta realidade, uma proposta envolta por conteúdos de cunho humano e social. Por conta deste fato, tomar-se-á como ponto de partida conceitual e histórico, o processo de evolução da espécie humana.

A palavra ser humano, deriva da palavra “Homo Sapiens”, que efetivamente, significa “Homem sábio” e é o nome oficial da nossa espécie, designado com o intuito de diferenciar o homem dos outros animais, partindo da ideia de que tal diferença acontece pela racionalidade e inteligência que o humano possui (HARARI, 2011). Na realidade histórica da evolução humana, pode-se dizer que o feito mais marcante e conectado com o que hoje temos no mundo, foi a chamada “Revolução Cognitiva”, ocorrida entre 70 a 30 mil anos atrás. Com ela, o pensamento crítico, o raciocínio e a comunicação aproximaram o humano do animal social que hoje conhecemos e somos.

Em análise aprofundada sobre os períodos anteriores da nossa espécie, tornou-se evidente um ponto em comum que instigava os marcos evolutivos: A busca humana por suprir necessidades. Em um tempo remoto, os aspectos que definiam as necessidades de evoluções eram definidos pelas alterações corporais e instintivas do homem. Após a revolução cognitiva, este aspecto foi alterado e as necessidades e posteriores evoluções eram resultado de necessidades sociais e culturais. (HARARI, 2011).

4.1.2 Necessidades

Ao tratarmos das necessidades humanas, pode-se citar duas vertentes importantes de ideias. A primeira é baseada em estudos psicológicos e considerada mundialmente por retratar uma base de necessidades, que não considera a interferência cultural ou social, considera o ser humano em suas necessidades mais íntimas e inerentes

ao meio. Já a segunda, a percepção legal e governamental a respeito das necessidades humanas, com debate iniciado no século passado e com cada vez mais valorização e união em prol de seus cumprimentos.

A perspectiva da psicologia surge em 1954, quando Abraham Maslow, um psicólogo humanista dos Estados Unidos, lançou o livro “Teoria da Motivação” que é considerada e discutida até hoje a respeito das condições humanas básicas. Nela, o autor relata um caminho para a sensação de auto realização. Mas o ponto principal da pirâmide de Maslow é a percepção de que um humano não consegue pular etapas da pirâmide, ou seja, apenas quando supridas as necessidades da base da pirâmide é que o mesmo consegue olhar para a próxima etapa. Analisemos:



Tabela 01: Reprodução Pirâmide de Maslow.

A pirâmide considera a base básica de um ser humano, suas condições fisiológicas e ainda ligadas ao caráter animal da nossa espécie, são consideradas necessárias nesta etapa: alimentar-se, respirar, hidratar-se, evacuar, entre outras basicidades do ser humano. Mas, é necessário atentar para a segunda camada, relacionada à sensação de segurança e autopreservação. É nesta camada que o presente estudo encaixa-se, uma vez que a segurança e a autopreservação possuem laço estreito com a possibilidade de viver em uma moradia digna. Nota-se a essencialidade e relevância da moradia para com

a vida humana, trata-se de uma necessidade básica, a primeira necessidade, fora as necessidades que nos ligam aos animais irracionais é a primeira camada que fala sobre humanização e dignificação do ser humano.

Além da percepção psicológica a respeito das necessidades, é necessário o olhar governamental para a situação. No período pós guerra (1945) onde muitas vidas foram perdidas e cidades destruídas. Nasceu um norte comum entre 50 países, havia a necessidade de algo que as garantisse o mínimo, que proporcionasse um olhar global e justo perante os acontecimentos mundial. As pessoas precisavam de algo que reforçasse a condição humana positivamente. É neste momento que os Estados reconhecem que existem direitos que são inerentes aos seres humanos e que as vontades nacionais, por mais soberanas que sejam, não podem ditar regras contrárias àquilo que nos constitui humanos (FILHO, 2018, p.15).

Foi nesse contexto que surgiu um órgão vigente de extrema importância e relevância para a vida humana, a Organização das Nações Unidas (ONU) e nela, os primeiros princípios de dignidade comum humana. Como consta em paragrafo da Carta da ONU:

No caso de conflito entre as obrigações dos membros das Nações Unidas, em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta. (ONU, Carta das Nações Unidas, 1945)

Com ela iniciou-se uma luta mundial pela evolução humana no que diz respeito a integridade e dignidade, e principalmente, à paz. Esse movimento impulsionou a criação de diversos outros e posteriormente, aprofundamentos em questões essenciais, fortalecendo portanto, a imagem ideal de um planeta saudável.

4.1.3 Tratados

4.1.3.1 Tratados Internacionais

Visando garantir as necessidades humanas do século XXI, iniciaram então organizações e legalizações que confirmassem à todos os humanos uma maior qualidade de vida. O Brasil faz parte dos tratados que serão apresentados ou lembrados a seguir

no decorrer do trabalho, sendo assim, possuem as diretrizes apresentadas como base legal.

Neste momento o olhar para os tratados existentes será destinado as características relacionadas as necessidades básicas humanas, posteriormente iremos analisar os tratados e acordos focando nas questões habitacionais.

a. Carta das Nações Unidas

Como visto anteriormente, a ONU foi criada num contexto social pós-guerra, incentivando o ideal de uma sociedade global pacífica e benevolente para com todos. Para organizar e hierarquizar as diferentes necessidades que podem demandar uma ação da ONU no mundo, a mesma, criou um documento, considerado o mais importante quando necessárias tomadas de ação, como cita a própria ONU, no artigo 103:

No caso de conflito entre as obrigações dos membros das Nações Unidas, em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta. (ONU. Carta das Nações Unidas, 1945)

A Carta das Nações Unidas foi criada em Junho de 1945 e entrou em vigor em outubro do mesmo ano (FILHO, 2018). Seus ideais afirmam a resolução de preservar gerações vindouras do flagelo da guerra, que conduziu a humanidade a sofrimentos inimagináveis e a reafirmar o posicionamento de fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano. Considerando o direito igualitário dos homens e das mulheres, das nações grandes e pequenas, visando promover o progresso social e melhores condições de vida. (ONU, 1945)

b. Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi criada três anos depois da criação da ONU. Esboçada pelo canadense John Peters Humphrey e auxiliada por outras diversas nações, a DUDH possui uma compilação de 30 artigos, os quais especificam de maneira mais clara os direitos humanos básicos. A mesma fortalece o incentivo a paz, a liberdade, a igualdade e ao engajamento mundial para com os objetivos diplomáticos que apresenta.

Agora portanto a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por

todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição. (ONU, Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948)

Apesar da mesma não servir como documento legal, ou seja, tendo a possibilidade de descumprimento dos artigos sem pressão legal efetiva, a DUDH serviu e serve como uma perspectiva ideal para uma existência humana justa. Por outro lado, podemos citar dois documentos legais que decorrem da DUDH e estes sim, possuem notoriedade legal e criam a atmosfera de controle necessária para o cumprimento dos mesmos, são eles: 01) Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos; 02) Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais;

4.1.3.2 Tratados Nacionais

a. Constituição de 1988

Quanto ao território nacional, temos como documento vigente mais emblemático a respeito do tema de necessidades humanas, a Constituição de 1988. Essa inspirada na Constituição Portuguesa, a qual garante em seu preâmbulo seu papel de “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a osculação pacificada das controvérsias.” (BRASIL, 1988). A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico.

4.2 O Ser e o Meio

4.2.1 História

O lugar que habitamos tem força nas narrações que contamos, sejam assuntos antigos ou atuais, a localização caminha junto ao existir humano. Das diferentes escalas

existentes que podemos habitar (continente, país, cidade, rua, entre outras), o impacto que a mesma pode trazer a vida do transeunte é inquestionável. E tal impacto e relevância encontra-se aumentado nos dias atuais por conta da enorme desigualdade social que assola nosso mundo, podendo criar perspectivas e vivências discrepantes conforme a localidade habitada pelo ser.

No capítulo anterior (O SER) foram citados tratados, leis e acordos que discorrem sobre o ser e suas basicidades para uma vida digna. Dentre estas qualidades necessárias para alcançar os objetivos de cada acordo, vamos aprofundar nas que fazem relação com o presente estudo. Recortamos aqui, os pontos específicos de tratados e acordos cujos o Brasil faz parte e que citam detalhes sobre a vida urbana e a dignidade quanto à moradia do ser.

Há atualmente inúmeras ações mundiais que funcionam concomitantemente a respeito dos diversos temas que abrangem o habitar humano. Tais ações se comunicam porem trabalham de maneiras diferentes, veremos que muitas delas partem dos tratados inicialmente explorados da ONU.

a. ONU – Habitat

Dentre os programas de moradia amplamente conhecidos, há a ONU-Habitat. Programa das Nações Unidas que existe desde 1978, com o intuito de promover a urbanização como força transformadora para pessoas e comunidades, focado em reduzir a desigualdade, a discriminação e pobreza. Quanto as atividades realizadas pelo mesmo há: promover o conhecimento das comunidades, assessoria política, assistência técnica e ação colaborativa. (UM-Habitat, 2021)

Atualmente o programa é desenvolvido em mais de 90 países e é produtor de diversas iniciativas em prol da cidade e do urbanismo, como por exemplo: A agenda urbana de 2030, e dentro dela, os 17 objetivos de desenvolvimento sustentáveis. É considerado também elemento central para a Nova Agenda Urbana (Circuito Urbano, 2021).

Em cenário nacional, a ONU-Habitat atua desde 1996 com 6 escritórios espalhados pelo país. Dentre as atividades realizadas, no ano passado (2020) lançaram o

projeto “Circuito Urbano” que consta sempre com dois temas de caráter urbano visando estimular debates em prol de uma vida urbana melhor (Circuito Urbano, 2021).

b. Nova Agenda Urbana

A Nova Agenda Urbana é proveniente do encontro mundial da ONU-Habitat, especificamente o encontro Habitat III e possui como objetivo principal o desenvolvimento urbano sustentável, visando repensar e recriar a maneira de como as cidades e aglomerados humanos são planejados, financiados, desenvolvidos e administrados atualmente. A Nova Agenda Urbana é um acordo realizado por 193 países que confirmaram sua participação e intenções para os próximos 20 anos com a base da Nova Agenda Urbana (TANSCHIEIT, 2016).

Até 2050, estima-se que a população urbana mundial vá quase dobrar de tamanho, o que torna a urbanização um dos aspectos mais transformadores do século 21. Como resultado, as cidades tornam-se pontos focais de grandes desafios que terão de ser superados em termos de habitação, infraestrutura, serviços básicos, alimentação, saúde, educação, emprego, segurança, recursos naturais, entre outros. (TANSCHIEIT, 2016).

A Nova Agenda Urbana incentiva a união do governo e da sociedade civil para estarem em compromisso com o desenvolvimento urbano sustentável. Instiga um desenvolvimento urbano e territorial que garanta o uso sustentável do solo e dos recursos, incentivando principalmente, cidades compactas, policentricas, com densidade e conectividade apropriadas, controlando a dispersão urbana. (TANSCHIEIT, 2016).

c. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os ODS surgiram em 2012, no Rio de Janeiro, em uma Conferência das Nações Unidas com foco no desenvolvimento sustentável. Ao todo, são 17 Objetivos que buscam arrematar questões políticas, ambientais e econômicas do mundo atual. Os 17 objetivos abrangem áreas diversas e aqui será referenciado o Objetivo de número 11, “Cidades e Comunidades Sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. Alguns relatos da Agenda 2030.

Em 2014, 54% da população mundial vivia em áreas urbanas, com projeção de crescimento para 66% em 2050. Em 2030, são estimadas 41 megalópoles com mais de 10 milhões de habitantes. Considerando que a pobreza extrema muitas vezes se concentra nestes espaços urbanos, as desigualdades sociais acabam sendo mais acentuadas e a violência se torna uma consequência das discrepâncias no acesso pleno a cidade. Transformar significativamente a

construção e a gestão dos espaços urbanos é essencial para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado. (ONU, Agenda 2030, 2021)

A correlação entre urbanização e pobreza torna inevitável o tratamento da cidade para alcançarmos uma existência mais digna para todos os seres. Tal objetivo especifica com clareza a relevância do tema “cidade” para o desenvolvimento sustentável do mundo.

d. Constituição Federal de 1988

Em cenário nacional, possuímos a Constituição Federal de 1988 como documento jurídico maior e este, garante de duas maneiras diferentes o acesso a moradia como direito a população. O capítulo que engloba a questão das garantias fundamentais é encontrado no CAPITULO I: DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, Art.5º, onde consta:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...) (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Aliem da visibilidade da Moradia como direito e garantia fundamental, a mesma aparece como direito Social no CAPITULO II: DOS DIREITOS SOCIAIS, Art6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

4.2.2 Conceitos do Meio

4.2.2.1 Cidade

O termo “cidade” pela perspectiva etimológica da nossa língua matriz, o Latim, é proveniente da palavra Civitas, que originalmente significa “condição ou direitos de cidadão”. E Civitas proveniente da palavra Cives, que significa “homem que vive na cidade” (ORIGEM DA PALAVRA, 2012). Ambos significados retratam realidades entre o ser e o meio inserido. Conceitualmente falando, o que encontra-se no dicionário a respeito de cidade é:

1 Grande aglomeração de pessoas em um área geográfica circunscrita, com inúmeras edificações, que desenvolve atividades sociais, econômicas, industriais, comerciais, culturais, administrativas, etc. (MICHAELLIS, 2021)

Ambas definições facilitam a compreensão da palavra cidade, mas o objetivo aqui é aprofundar nas diversas vertentes de pensamentos e relações que a palavra cidade causou desde seu surgimento até os dias atuais. Desenvolver principalmente, a perspectiva do profissional de Arquitetura e Urbanismo perante o significado da palavra cidade.

A história do surgimento de cidades, passa pela necessidade do ser humano em localizar-se em algum lugar, visando o plantio e o sustento. A partir de então, iniciaram as vilas e futuras polis, onde haviam formações funcionais muito características a respeito dos encontros humanos em um mesmo ambiente. A formação das cidades antigas já retratavam com clareza, a necessidade humana de interação e união. Em busca de conceituar a cidade contemporânea, Rolnik reflete:

Certo, não há mais muralhas; ao contrário da cidade antiga, a metrópole contemporânea se estende ao infinito, não circunscreve nada senão sua potência devoradora de expansão e circulação. Ao contrário da cidade antiga, fechada e vigiada para defender-se de inimigos internos e externos, a cidade contemporânea se caracteriza pela velocidade da circulação. São fluxos de mercadorias, pessoas e capital em ritmo cada vez mais acelerado, rompendo barreiras, subjugando territórios. (ROLNIK, 2017, pg 5)

Considera-se por fim, a cidade como um ímã, indiferentemente de sua data ou local, ela é um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens. (ROLNIK, 2017) A respeito da cidade o que se pode confirmar é sua constante transitoriedade, ela é maleável e alterável, seja por obras que se deterioram e outras surgem, seja pela ocupação dos imóveis existentes, seja por, detalhadamente, o humano que ali ocupa. Um universo transitório e temporal em um espaço delimitado, mas em constante crescimento. Não existe um resultado final, mas somente contínua sucessão de fases (LYNCH, 1960).

Paulo Mendes da Rocha, em suas palestras observou a hipótese da cidade como a casa do homem, percebendo que historicamente os indivíduos o que fizeram até aqui foi experimentar a cidade de vários modos. E completa: “A cidade é o lugar da conversa. A cidade é uma maravilha. Uma circunstância é a casa de cada um, porem ninguém vive na sua casa, nós vivemos na cidade. (ROCHA, P. 2017)

4.2.2.2 Moradia

Concomitante a percepção da cidade como casa do ser humano, sabe-se da realidade de “casa” para o ser humano em outra escala, aqui falamos da moradia. A moradia existe neste espaço, no núcleo menor de habitação humana tão importante para a promoção de uma existência digna e segura. Tão grande sua relevância que o termo encontra-se em evidência nos tratados citados em busca do melhor desenvolvimento humano, como a DUDH, a Constituição Federal, entre outras.

A escala reduzida da percepção de casa humana pode ser entendida com diversos termos, os mais comuns são: moradia, habitação e casa.

A palavra casa nos leva a uma ideia de estrutura física, de uma construção material, à visão de paredes e teto. A moradia, no entanto, indica a realização de uma função humana: o ato de morar. Finalmente, a palavra habitação conduz a uma visão mais dinâmica no uso da casa ou da moradia; indica a ação de habitar. Os três conceitos são complementares e se referem a necessidade fundamental do ser humano de possuir um abrigo para nele realizar um conjunto de atividades que variam em função de cada cultura e do contexto social e ambiental nas quais se inserem. (SCHWEIZER, 1997)

No presente estudo, os substantivos anteriormente citados serão avaliados não pela questão formal, mas sim pelo abrigo necessário para a dignidade humana.

4.2.3 Compreendendo ARQ & URB

Compreendida a situação atual, onde o espaço habitado do ser humano é majoritariamente a cidade urbana e em uma escala menor, a moradia, é inevitável falarmos de quem contata e estuda estes dois eixos. É na graduação de arquitetura e urbanismo que a premissa de estudo e criação de cidades e casa reside, são estes os profissionais que são, legalmente, responsáveis por cuidar e criar essa área tão relevante para a dignidade humana, o meio em que vivemos.

A graduação de arquitetura e urbanismo prevê dois conhecimentos diferenciados e para nós, estudantes do curso e arquitetos, é fácil perceber a comunicação entre as áreas e o quanto uma pode interferir na outra. Em busca de facilitar o conceito a percepção da área de estudo, analisa-se o significado de ambos os conceitos, a partir da sua etimologia, do Latim URBS é considerado cidade, mas é possível aumentar sua conceituação visando algumas conotações sobre a profissão:

Urbanismo é uma ciência humana, multidisciplinar, relacionada ao estudo, regulação, controle e planejamento de cidades. Sua essência é o estudo das



relações entre o espaço e a sociedade que nele vive. (URBANISMO: Viva Decora PRO, 2020)

A percepção de Urbanismo é atrelada a condição da cidade, à seu funcionamento e disposição. É o estudo que prevê a mobilidade urbana, as necessidades da cidade, a disposição dos planos diretores, no caso do Brasil. Diferente da Arquitetura, do Grego, ARKHITEKTON, que significa “mestre de obras, obreiro-chefe”, de ARKHEIN “comandar, dirigir” e TEKTON que significa “construtor, artesão, carpinteiro.” Essa denominação passou pelo Latim “Architectus” antes de vir para o nosso idioma. E tem como conceituação:

Arquitetura é a arte e técnica de projetar uma edificação ou um ambiente de uma construção. É o processo artístico e técnico que envolve a elaboração de espaços organizados e criativos para abrigar diferentes tipos de atividades humanas. (SIGNIFICADOS DE ARQUITETURA, 2021)

Ambas as áreas buscam construir o espaço habitado do ser humano e para tal, possuem um Código de Ética comum, o qual é assinado na formação do profissional. O código de Ética da profissão foi criado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) que existe desde 2011 e possui como missão ““orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da Arquitetura e Urbanismo”. Aqui, iremos destacar pontos que no decorrer deste estudo serão de valia para a melhor compreensão. O Código de Ética possui capítulos que discorrem sobre as obrigações dos arquitetos e urbanistas, em ordem, começamos pelos trechos relevantes do capítulo I. Obrigações Gerais:

1.1.5. O arquiteto e urbanista deve defender os direitos fundamentais da pessoa humana, conforme expressos na Constituição brasileira e em acordos internacionais. (Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas, 2021)

Tal obrigação propõe a relação direta da ação do profissional em prol do cumprimento e incentivo das normas da Constituição Federal e dos tratados internacionais os quais o Brasil faz parte, percebe-se então um norte comum (mesmo que teórico) a respeito da visão da política e do profissional. A respeito das obrigações do capítulo II, 2. Obrigações para com o Interesse Público, cujo o nome já sugere ser de

extrema relevância e conexão com o tema do presente estudo, podemos frisar uma quantidade maior de atributos relevantes. Em âmbito de Princípios visados na profissão, consta:

2.1. Princípios: 2.1.1. O arquiteto e urbanista deve defender o interesse público e respeitar o teor das leis que regem o exercício profissional, considerando as consequências de suas atividades segundo os princípios de sustentabilidade socioambiental e contribuindo para a boa qualidade das cidades, das edificações e sua inserção harmoniosa na circunvizinhança, e do ordenamento territorial, em respeito às paisagens naturais, rurais e urbanas.

Ainda em análise dos princípios que regem a profissão, vale frisar o dever de “defender o direito à Arquitetura e Urbanismo, as políticas urbanas e ao desenvolvimento urbano, a promoção da justiça e inclusão social nas cidades, a solução de conflitos fundiários, a moradia, a mobilidade, a paisagem, ao ambiente sadio, a memória arquitetônica e urbanística e a identidade cultural.” O envolvimento do profissional de arquitetura e urbanismo com o meio urbano e suas políticas e necessidades sociais afins, é perceptível. A profissão consta com regimentos claros a respeito da posição político social que o mesmo deve ter em cenários urbanos.

Em tópicos de regras existentes para exercer a profissão encontra-se no Código de Ética a necessidade de consideração do impacto social e ambiental das suas atividades, assim como a valorização das heranças naturais e culturais das comunidades em que agem, promovendo sempre a justiça social. (Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas, 2021)

4.3 O Capital

Dentre os pontos que comandam a sociedade e conseqüentemente a realidade urbana, o sistema econômico vigente toma caráter indispensável nesta realidade. O capitalismo surgiu no século XV, após o sistema econômico feudal, e estudiosos da área dizem que o mesmo já passou por três fases desde o princípio de sua aparição, são elas: Capitalismo Comercial. Capitalismo Industrial e a atual, Capitalismo Financeiro (CARVALHO, 2018). O capitalismo financeiro possui como característica a união de bancos e empresas para gerar lucro, e possui o adjetivo “financeiro” pelo início das vendas de parcelas na bolsa de valores, iniciando a produção financeira por especulação.



É um período caracterizado por elevada concorrência internacional, monopólio comercial, evolução tecnológica, globalização e elevadas taxas de urbanização. (CARVALHO, 2018)

Na realidade urbana, o capitalismo não passa despercebido. A realidade atual é que o mercado domina a cidade, e este fato é proveniente das cidades capitalistas (ROLNIK, 2017). Apesar dos códigos e tratados internacionais sobre o direito à moradia e sua classificação como item necessário para a dignidade humana, o mercado se sobrepõe a isso, tornando a moradia e a habitação um eixo central para o enriquecimento:

Ao contrário, a lógica capitalista dominante trata a moradia – e todos os direitos sociais – a partir do valor medido em dinheiro, o valor de troca. Para o capital, pouco importa se há gente precisando de moradia: importa se há quem possa pagar por ela e trazer lucro às construtoras e donos de terra. Tudo é transformado em mercadoria, independente das necessidades sociais. (BOULOS, 2014, paginação irregular).

A verdade é que a cidade é considerada uma grande fonte de renda. Por diversos fatores que a circundam, há interesses pessoais de quem tem condição de investir na mesma unidos a interesses políticos. Não surpreende que em 2010, 54% dos deputados e governadores receberem propina de construtoras (BOULOS, 2015). Porém, essa realidade é incoerente para com o mundo desigual que vivemos, ela favorece alguns poucos ricos e suga, tanto o dinheiro quanto a dignidade, do povo que não possui condição para estar nessa disputa. Essa realidade é mundial quando tratamos da relação entre o capitalismo e a cidade, porém, em países desiguais acontece o agravamento dessa situação.

Neste contexto, é possível citar alguns fenômenos causados na cidade do capitalismo. Tais fenômenos sempre estão relacionados e influentes um para com outro, mas para melhor compreensão de cada um, apresentar-se-á aqui, uma sequência dividida de produtos do sistema capitalista na cidade.

4.3.1 Consequências do Sistema

a. Especulação Imobiliária

A especulação imobiliária é possivelmente a situação urbana mais enfática ligada ao sistema econômico capitalista. É o desígnio dado a ação de mobilização da cidade em prol do lucro, que acontece assim: os proprietários de terrenos e edifícios inutilizam estes

espaços, expectando a valorização futura dos mesmos, que se dão com investimentos na infraestrutura circundantes e com obras na região. Assim, os terrenos e edifícios após investimentos de infraestrutura, enriquecem e os mesmo lucram com isso.

As mazelas da especulação imobiliária são incontáveis, por conta desta ação, a cidade aumenta sua extensão territorial, gerando vazios urbanos, que posteriormente reiniciam o ciclo da especulação imobiliária. Para além do mais, criam necessidades de usos de recursos naturais para a criação de infraestruturas de acesso até o local que vão em caminho totalmente oposto aos movimentos das organizações mundiais sobre cidades sustentáveis. Além de fortalecer a exclusão do pobre e a ascensão do pobre há mais terrenos e posses. Boulos (2014) confirma que a história especulativa brasileira encontra-se agravado, tendo em vista que cada vez mais a mesma possui o apoio do Estado, que deveria garantir condições de vida digna aos trabalhadores urbanos.

b. Periferização da Cidade

Contextualizando historicamente a periferização da cidade, pode-se citar a década de 1940 como seu princípio. Naquela época, os trabalhadores moravam nos centros das cidades, as periferias não existiam e cerca de 75% das habitações centrais de São Paulo habitadas por inquilinos. Porém, os proprietários de terrenos e casas com o apoio do governo, deram os passos iniciais que motivaram a periferização da cidades. Eles fizeram o que “chamavam” de uma limpeza no centro, demoliram cortiços, despejaram favelas e aumentaram o aluguel centra. Enquanto realizavam isto no centro, criavam lotes em áreas distantes para vender aos trabalhos, que sem opção iniciaram a ocupação periférica da cidade (BOULOS, 2014).

A periferização atualmente acontece tanto de maneira auto construtiva por necessidade perante um sistema econômico e uma política pública que não atendem à demanda popular por moradia, quanto com motivações governamentais entre as políticas urbanas existentes, como o BNH e o PMCMC, os quais empurravam os trabalhadores para a periferia das cidades, como analisado anteriormente.

Para além de uma segregação espacial, é necessário perceber que anterior a esta, há uma segregação social que configura o espaço e reflete na criação de espaços

degradados e inclusões perversas no cenário urbano. Considera-se portanto que a mesma é produto criado por parte da sociedade que se beneficia financeiramente com este posicionamento espacial e social.

c. Déficit Habitacional

O déficit habitacional é uma mazela social inquestionável, atualmente, estamos entre os países com maior déficit habitacional do mundo, ao lado da África do Sul e da Índia (BOULOS, 2015). Existe no Brasil a Fundação Joao Pinheiro (FJP), uma fundação que realiza estatísticas sociais e é válida e considerada para análises do Governo Federal. O último dado fornecido pela FJP traz um comparativo do déficit habitacional brasileiro desde 2016 até 2019, o mesmo foi publicado no dia 03/04/2021. Em 2016, o déficit era de 5,657 milhões e em 2019 o déficit era de 5,877 milhões.

Importante frisar que o déficit habitacional é considerado em cinco situações: domicílios rústicos, domicílios improvisados, coabitação (quando mais de uma família habita o mesmo imóvel), domicílios identificados como cômodos (considera-se as dimensões) e domicílios com ônus pelo alto valor do aluguel (ocorre quando a família deixa de sanar necessidades básicas, como alimentação, para suprir o valor do aluguel). Dentre as possíveis situações consideradas para considerar um déficit habitacional, temos em 2019 o ônus pelo alto valor de aluguel como principal causa, sendo 51,7% responsável pelo déficit habitacional, seguido da habitação precária com 25,2% e da coabitação com 23,1%. O total de habitações inadequadas no país era de 24,894 milhões (FJP, 2021).

“Déficit habitacional” é o nome que se dá para a quantidade de casas que faltam para atender a todos aqueles que precisam de um teto. Existem dois modos de definir este déficit: o quantitativo (número de famílias que não tem casa) e o qualitativo (número de famílias que moram em situação extremamente inadequada). Estes dois dados, juntos, formam o panorama do problema habitacional brasileiro. (BOULOS, 2014. Paginação irregular)

Os humanos por trás dessa barbárie de inadequação de moradia, e consequente situação indigna a qual vivem possuem semelhanças. O perfil do morador que ocupa estes lugares, sem serviços básicos, são os trabalhadores mais pobres, em geral os habitantes da periferia urbana. Os dados demonstram que 67% das famílias que não tem

casa no Brasil vivem com rendar menor que três salários mínimos por mês (BOULOS, 2015).

d. Segregação Espacial

Em âmbito urbano é evidente os conflitos existentes entre classes e grupos sociais. Como análise essencial para a percepção da cidade, é preciso entender a importância da localização dentro da mesmas, isso porque são as boas localizações que geram a maior parte dos conflitos sociais urbanos. Por conta dela, existe uma disputa entre a diferentes classes sociais pelas melhores localizações na cidade.

É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É a este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial. (ROLNIK, 2017, pg. 26)

Parafraseando Raquel Rolnik, para além da questão territorial que segrega a cidade, é visível a desigualdade perante aos órgãos administrativos. Existem na mesma cidade locais onde o lixo é recolhido duas vezes ao dia, outros onde é recolhido uma vez por semana, e além disso, alguns onde o lixo é simplesmente despejado. A discriminação do poder público perante os habitantes da cidade é visível no descaso a respeito da infraestrutura das periferias onde pessoas vivem sem infraestrutura básica.

Esta é a segregação da Cidade do Capital. É uma segregação de classe: ricos e pobres, cada um de um lado. Para uns, a cidade dos shoppings, dos condomínios fechados e das belas avenidas. Para outros, a cidade da polícia violenta, das moradias precárias, onde falta tudo. (BOULOS, 2014. Paginação irregular)

É evidente as muralhas que existem na cidade, para além do espaço e território, para além dos usos definidos do plano diretor, cada detalhe aqui apontado demonstra claramente as muralhas enormes que existem no nosso país e são expressadas na segregação espacial urbana (ROLNIK, 2017). Realidades físicas que assustam nossos olhos pois impactam com questões comumente ignoradas e despercebidas sobre a sociedade atual e a realidade do país.

e. Autoconstrução

No dicionário a autoconstrução é classificada como “modalidade de promoção habitacional em que os custos de construção são reduzidos com a mão de obra dos

proprietários dos lotes.” A autoconstrução é comum em meio a uma política habitacional que não acolhe todas as realidades, assim, em busca de sanar suas necessidades básicas, as pessoas desenvolvem suas moradias com seus próprios e precários recursos (MARICATO, 2015).

Mesmo sem contar com levantamentos rigorosos (desconhecemos um país do mundo periférico que tenha contabilidade rigorosa sobre a moradia dos excluídos), podemos dizer que a maior parte da população urbana constrói suas casas sem o concurso de conhecimento técnico (de engenharia e arquitetura), sem financiamento formal e sem respeito a legislação fundiária, urbanista e edilícia. (MARICATO, 2011, pg 80).

O ato de autoconstrução pode apresentar-se de maneira muito perigosa, uma vez que pessoas que não possuem os conhecimentos técnicos e os estudos suficientes agem por sua própria vontade, mas perto da necessidade de habitar espaços mais saudáveis, essa periculosidade não é considerada para os agentes. Agentes esses que participam da engrenagem econômica como força trabalhadora mas não conseguem adquirir os benefícios do sistema econômico envolvido, sendo excluído do mercado residencial capitalista (MARICATO, 2011).

4.4 O Governo

O governo e seus respectivos representantes, no decorrer da história da urbanização brasileira sempre foram relevantes, por seus pontos de vistas, por suas escolhas de administração, pelos planos fomentados. O Brasil, como consta na Constituição de 1988, prevê o tratamento das questões básicas de infraestrutura como responsabilidade governamental:

Mesmo sem contar com levantamentos rigorosos (desconhecemos um país do mundo periférico que tenha contabilidade rigorosa sobre a moradia dos excluídos), podemos dizer que a maior parte da população urbana constrói suas casas sem o concurso de conhecimento técnico (de engenharia e arquitetura), sem financiamento formal e sem respeito a legislação fundiária, urbanista e edilícia. (MARICATO, 2011, pg 80).

A verdade é que, parafraseando Raquel Rolnik, ser morador da cidade é um ato político. Tal ato político refere-se a disputa na própria cidade, onde por não termos o cumprimento básico e que é teoricamente garantido por lei e responsabilidade governamental, terminamos por lutar seja por equipamentos, emprego, lazer, mobilidade e outros (MARICATO, 2015).

Para sanar tais necessidades, o governo propõe políticas públicas, essas separadas por áreas específicas, meio ambiente, transporte, mobilidade, habitação. A verdade é que a cidade pode ser relacionada uma teia onde todos os pontos da mesma, influenciam e alteram as demais. Classifica-se portanto as políticas públicas como:

São conjuntos de ações e decisões tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico. Ou seja, correspondem a direitos assegurados na Constituição. (ANDRADE, 2016, paginação irregular)

Como desafio para a realização de uma política pública eficiente no Brasil, temos compilados duas percepções, ambas com certo grau de relacionamento. A primeira consta da ineficiência dos três poderes no Brasil, Executivo, Legislativo e Judiciário, Almeida. E a segunda dificuldade na mesma é apresentada por um caráter corruptivo, denotado em relação ao financiamento privado das campanhas eleitorais e consequente auxílio desleal, com ambições particulares e não sociais nas pessoas envolvidas para sanar a situação.

Hoje a principal demonstração dessa captura do Estado é o financiamento privado de campanhas eleitorais. É o genuíno berço da corrupção no Brasil. O mecanismo é simples e vicioso: uma grande empresa, com interesse em algum filão do Estado, financia as campanhas eleitorais dos principais candidatos. O vencedor, por ter sido financiado e desejando novo financiamento dali a quatro anos, favorece os interesses da empresa. (BOULOS, 2015, pg. 86)

Apesar das dificuldades encontradas, as políticas públicas seguem acontecendo. Dentre elas, aprofundar-se-á na Política Urbana, visando compreender o passado e presente das ações governamentais para lidar com a situação brasileira.

4.4.1 Políticas Públicas Urbanas

As políticas urbanas ganharam maior visibilidade após a urbanização em massa brasileira, porém as mesmas, fazem jus tanto a área urbana como a rural, visam o desenvolvimento total da cidade. Unindo o caráter desigual do Brasil ao não cumprimento legal e a falta de ação efetiva proveniente do governo, é imaginável que no cenário de políticas urbanas teríamos a participação de muitas lutas populares. Há, desde os primeiros anos de urbanização brasileira (meados do século passado), a organização governamental e a organização popular agindo no cenário das políticas públicas. Fato



triste por desmascarar a falta de ação governamental mas valoroso por mostrar que ações conjuntas e sociais podem ir muito longe e promover mudanças reais nas cidades.

Para a melhor compreensão das políticas urbanas no país, apresentar-se-á a história dessa realidade e também, as organizações e programas atuais do cenário urbano.

4.4.1.1 Iniciativas Anteriores

a. Banco Nacional de Habitação (BNH)

O BNH foi o primeiro programa habitacional brasileiro, surgiu logo após ao Golpe Militar de 1964 e possuía como intenções, expressadas claramente por documentos oficiais, tornar os trabalhadores proprietários de imóveis, visando amenizar a impopularidade dos Militares na época. Mas essa não foi a realidade, o BNH, por fim, pouco teve de diferença à bancos privados ou grandes empreiteiras. Não havia subsídios aos pobres, os valores eram completos com elevadas prestações e normas comuns aos bancos privados (BOULOS, 2014).

Os problemas urbanos que clamavam pelo apoio governamental já eram a favelização e o déficit habitacional gerados pela pobreza excessiva do país. E numericamente falando, podemos notar a baixíssima influência do BNH na vida dos pobres com as condições mais baixas:

Das cercas de cinco milhões de casas financiadas pelo BNH, apenas 25% (uma em cada quatro) foram destinadas a famílias com renda menor que cinco salários mínimos. E isto correspondeu a somente 12% de recursos aplicados. (BOULOS, 2015, paginação irregular)

A realidade é que o governo sempre teve no BNH um programa com intenções financeiras e não para o problema da moradia nacional. Isso explica o déficit habitacional estacionado após o mesmo e o enriquecimento da classe média e dos grandes empresários com o programa. O BNH deixou de existir em 1986 (BOULOS, 2015).

b. Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)

Após o primeiro programa nacional de habitação, passaram-se quase 20 anos para que um novo surgisse, esse mais tático por sua recente data é o Programa Minha Casa, Minha Vida, iniciado ativamente em 2009 (BOULOS, 2015). Mas antecedente ao PMCMV

é necessário frisar a Política de Aceleração de Crescimento (PAC) proposta iniciada em 2003 que buscava retomar as obras estagnadas do governo desde 1980 (MARICATO, 2011).

O PAC recebia recursos que eram repassados a diversas áreas, dentre elas a de infraestrutura urbana e conseqüentemente de habitação. Do valor recebido para a questão de habitação, sabe-se que 11,6 bilhões foram destinados a urbanização de favelas e 44,3 bilhões para novas moradias. Nesse contexto de grande investimento e depois de 20 anos com a situação urbana tendo pouca atenção governamental, é que surge o PMCMV. O PMCMV surgiu logo após a grande crise imobiliária dos Estados Unidos e o objetivo do mesmo era unir a necessidade econômica do setor construtivo e a necessidade do povo.

Na verdade, ao definir como meta central atender os interesses do capital, o programa manteve a mesma lógica que vimos no caso do BNH. Cerca de 75% dos recursos e 60% das habitações do programa foram destinado a família com renda maior que três salários mínimos, exatamente porque – em se tratando de imóveis mais caros – as empreiteiras ganham mais. Apenas 40% das moradias da primeira fase do programa são para famílias com renda menor do que três salários-mínimos, o que representa menos de 10% do déficit habitacional. (BOULOS, 2015, paginação irregular)

Em pouco tempo de atividade, a semelhança do MCMV com o BNH surgia. Os problemas em comum, as mesmas classes sociais favorecidas e o déficit habitacional sem solução efetiva. Inclusive, com uma alta no mercado imobiliário, promovendo ainda mais a segregação espacial.

O aumento de investimentos em habitação sem a necessária mudança da base fundiária tem acarretado de forma espetacular, o aumento dos preços de terras e imóveis desde o lançamento do PMCMV. (MARICATO, 2011, pg 78).

Constata-se então, mais um programa habitacional falho na realidade urbana brasileira. Como cita Erminia, a necessidade de uma alteração na base fundiária é essencial, sem ela projetos que promovem percepções de avanços rápidos mas não efetivos, continuaram ocorrendo. Exemplo disso foi a grande produção de veículos dos anos 2008 a 2010 que recebeu comemoração pública, posteriormente resultou na má qualidade de vida devida a mobilidade urbana afetada. Isso é o que acontece com conjuntos habitacionais, que resolvem superficialmente a situação mas futuramente

podem trazer mais problemas ainda a realidade urbana da cidade, como os problemas da má localização e aumento de preços imobiliários insustentáveis (MARICATO, 2011).

4.4.1.2 Iniciativas Atuais

Explorando a realidade atual sobre ações de políticas públicas vigentes, pode-se citar algumas frentes que apresentam como norte comum o desenvolvimento da cidade, minuciosamente a moradia e o déficit habitacional brasileiro. Há de considerar que existem diversas frentes que comunicam e agem sobre o assunto, apenas iremos explorar algumas para a melhor compreensão das possíveis forças que agem mais veemente sobre a cidade. Apesar do reconhecido valor de todas as lutas, não estão aqui presentes por maior valor ou eficiência.

a. Casa Verde Amarela (CVA)

O programa Casa Verde Amarela foi lançado em agosto de 2020 e em janeiro de 2021 tornou-se lei. Ela comunica-se com o projeto minha casa, minha vida. Possui como recurso financeiro o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e o investimento da Caixa Federal (também fornecia para o Minha Casa, Minha Vida). A perspectiva do mesmo é atender 1,6 milhões de família com financiamentos, enfatizando a baixa de juros e criando proporcionalidade conforme os índices de pobreza entre regiões brasileiras. Como novidade, o programa apresenta dois itens: a regularização fundiária, com meta de atingir 2 milhões de moradias até 2024. (SANTOS, 2021)

Como novidade em relação ao Programa Minha Casa, Minha Vida há a separação de uma porcentagem da verba para melhorias habitacionais para famílias com renda mensal de até R\$2.000,00 e também, o incentivo a regularização fundiária para assegurar a propriedade para famílias que ainda não as obtinham.

b. Plano Diretor (PD)

O plano diretor é vigente na questão urbana do país, ele surge com o intuito de planejar a cidade e seu crescimento junto a Constituição de 1988. Porém, apesar de ser um instrumento amplamente conhecido por nós, é possível perceber que há alguns entraves nesse sistema, uma vez que a cidade já foi compreendida como organismo vivo

e mutante e o plano diretor, ao contrário disso, a põe num planejamento métrico. Raquel Rolnik discorre sobre a situação:

Uma das características distintivas da estratégia e modo de ação do Estado na cidade capitalista é a emergência do plano, intervenção previamente projetada e calculada, cujo desdobramento na história da cidade vai acabar desembocando na prática planejamento urbano, tal como conhecemos hoje. O que há de mais forte e poderoso atrás da ideia de planejar a cidade, é sua correspondência com uma visão da cidade como algo que possa funcionar como um mecanismo relojoaria, mecanicamente. (ROLNIK,2017, pg. 35)

Vê-se o plano como uma utopia, uma cidade imaginária criada por artistas, esboçada e descrita com detalhes, num desenho simétrico, regular, ordenado e preciso. Inúmeros são os planos urbanos que não obtiveram sucesso, o profissional ainda não conseguiu acessar a questão essencial da formação da cidade para que assim pudesse prevê-la. A verdade é que os habitantes dela são cruciais para seu desenvolvimento e como humanos, não podemos prever seus movimentos de maneira mecânica (ROLNIK, 2017).

c. Estatuto da Cidade

O Estatuto da Cidade surge em 1988, junto a Constituição Federal de 1988. Considerando a realidade urbana em crescimento desordenado e intenso, o estatuto ficou conhecido como a lei que estabelece diretrizes de políticas urbanas, fixa parâmetros de aplicação de capítulos na Constituição, definindo os princípios, objetivos, diretrizes de ação e instrumentos de gestão urbana a serem utilizados. Conforme Silva (2016) é considerado essencial e possui um peso expressiva na redefinição da cidade, consoante a desejos populares.

Para a sociedade civil, o Estatuto é considerado uma grande vitória, principalmente para os movimentos sociais urbanos. Realiza o contato entre os desejos do povo e a realidade política do governo. Age de acordo com demandas municipais e é um meio dinâmico de reestruturar e requalificar as cidades brasileiras (SILVA, 2016).

d. REURB – Programa de Regularização Fundiária Rural e Urbana

A REURB faz parte da Lei de nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Com a falta de políticas públicas eficientes destinadas a aquisição de moradias, muitas pessoas recorrem

à ocupações ilegais nos espaços vazios da cidade. Essas ocupações chocam-se com o almejado planejamento urbano e ambiental, carecendo de legalização e identificação para que possam ser efetivamente incluídos na cidade.

A REURB consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes. (Secretaria Nacional de Desenvolvimento Humano)

Apesar da situação legal, a REURB funciona a passos lentos. Isso porque a Lei entrega a decisão e protagonismo da ação para os municípios, possibilitando assim verdadeira coordenação entre diversos entes públicos. Acredita-se que sua funcionalidade é restringida pelo pouco tempo de atividade e pelo período político atual (FILHO, 2018).

4.4.2 Ações Populares

a. Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU)

Existente desde 1987, o Fórum Nacional de Reforma Urbana reúne movimentos populares, sociais, ONGS, associações de classe e instituições de pesquisa visando alterar o modelo de cidade atual. Critica o fortalecimento da segregação da sociedade e do espaço e visa fortalecer o direito à moradia previsto na Constituição Federal, idealizando a construção democrática e inclusiva das cidades.

A forças que construíram a proposta de reforma urbana fizeram isso durante pelo menos mais de duas décadas. Ganham adeptos em diversos setores da sociedade, construíram uma leitura original sobre a cidade periférica, dando visibilidade ao que era invisível, e uma agenda original sobre a reforma urbana (MARICATO, 2011, pg 55)

O FNRU possui grande aclamação pelos estudiosos da área, é um programa de resistência as forças dominantes essencial na luta para evitar as cidades excludentes. É uma iniciativa com consideração governamental forte, por seu trabalho de coletividade exímio. Dentre os avanços do FNRU, o avanço institucional ganha destaque, isso evidencia-se pelas novas leis, novos órgãos públicos e novos espaços de participação que o mesmo possibilitou (MARICATO, 2011).

b. Movimento Sem Terra (MST)

Apesar do surgimento antigo do MST, atualmente ele segue sendo uma frente popular com caráter habitacional de muita relevância. O 1º encontro oficial dos ativistas aconteceu em 1984 e o 1º Congresso no ano seguinte. Porém, sua história antecede essas datas, reconhecendo lutas rurais antigas que impulsionaram o movimento a existir. A partir do 1º encontro do movimento, foram definidos os objetivos primordiais do movimento: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país (Movimento Sem Terra, 2021).

Atualmente o MST está organizado em 24 estados, em toda as regiões brasileiras e ele é representado por 350mil famílias. O Movimento possui também escolas públicas reconhecidas pelo MEC de Ensino Fundamental e Médio, e nelas, já formou 165 mil estudantes. Além disso, acumulou diversos prêmios e reconhecimentos nacionais e internacionais, em maioria por suas ações em relação ao meio ambiente e pela sua auto gestão de sucesso. Estimava-se, em 2014, que no decorrer dos seus 30 anos de existência, o movimento ocupou 8 mil latifundiários (Movimento Sem Terra, 2021).

Tais conquistas corroboram com a teoria do Movimento, fortalecendo uma política ativa a respeito das causas ambicionadas por eles. No site oficial do Movimento citam seus ideais: “Queremos ser produtores de alimentos, de cultura de conhecimentos E mais do que isso: queremos ser construtores de um país socialmente justo, democrático, com igualdade e com harmonia com a natureza.

c. Instituto Pólis

O instituto polis foi fundado em 1987 e considera-se uma Organização da Sociedade Civil (OSC), como associação apartidária, sem fins lucrativos e pluralista. Participam da luta baseados na defesa do Direito às Cidades, buscando construir cidades mais justas, sustentáveis e democráticas. Atuando em diversos campos, como o assessoramento, a avaliação e a pesquisa de políticas públicas, assim como, seminários e debates públicos sobre o tema. Objetivam fortalecer autonomia da sociedade civil, para qualificar o debate público nos processos políticos e culturais da sociedade. (Pólis, 2021)

d. Brigadas Populares

As brigadas populares surgiram no ano de 2011 com o slogan “Unidade Aberta por uma Nova Maioria”. Classifica-se como uma organização política com linha socialista, classista, feminista, antirracista, anti-imperialista e nacionalista-revolucionária. Em pesquisas realizadas nas redes sociais é possível conhecer o trabalho das brigadas populares e sua estreita relação com a realidade urbana brasileira, principalmente ao tratar de ocupações. De maneira clara, esse objetivo é citado no item 13 do Manifesto da mesma:

Combate à especulação imobiliária, direcionando as propriedades que não cumprem sua função social para o programa Reforma Urbana; controle dos aluguéis, efetivação do direito à moradia digna. Transporte público eficiente, com passe livre para toda a população, como elementos indispensáveis à efetivação do direito à cidade. (Manifesto das Brigadas Populares, 2012/2013)

As Brigadas Populares possuem uma organização sólida de ação. São duas as bases principais de ações do movimento, a primeira é territorial e atua em ocupações, periferias, universidades; a segunda é temática, atuando em pautas específicas como feminismo, movimento negro, comunicação, sindicatos, transportes e antiprisional. Consideram a organização do povo essencial e trabalham com a Resistência Popular Prolongada (RPP), a qual disputa espaços, tempos e territórios e visa o enfrentamento de forças no conflito social brasileiro. Vale ressaltar que o conhecimento da mesma se deu pela busca de ocupações urbanas e ações de despejos, as quais, as brigadas populares envolveram-se na comunicação midiática dos mesmos, facilitando a informação dos interessados da área.



5 CAPÍTULO II – OKUPAS

5.1 A ação

O ato de ocupar é concebido no dicionário ao ato de “encher um espaço de lugar e de tempo. Habitar. Tomar posse de”. As três opções dadas constituem partes que comunicam o que o ocupar urbano que falamos neste estudo sugere, seja na simplicidade de estar habitando um tempo e lugar, seja na complexidade que a citação – tomar posse de... – possa abranger. Para além de significados teóricos, ocupar é o que fazemos desde que nascemos, em ambientes internos, externos, públicos e privados, transitamos pelo mundo ocupando nossos espaços diariamente. Essa ocupação pode ser leve, pode ser fácil, pertencente e acolhedora, mas em alguns momentos, essa mesma ocupação pode nos mostrar outra face, o ocupar por obrigação, ocupar por necessidade, ocupar por falta de opção. É nesta segunda ocupação que a maioria dos moradores de ocupas se percebem.

O discurso sobre as ocupações urbanas ainda é escasso e na mídia é comum vermos alegações que relatam as ocupações como o ato de pessoas se empossarem de casas alheias, vandalizarem a propriedade e deslocarem os donos de lá. Ocupações são frequentemente vistas como um estilo de vida por escolha (REEVE, 2011, tradução nossa). Essa recorrente informação unilateral sobre a realidade dos ocupantes, a nível nacional e internacional, dificulta a solução desse problema e além disso, oculta uma real necessidade pela qual algumas dessas pessoas estão passando.

A distinção entre pessoas que ocupam por escolha (como um ato de protesto político ou um meio através do qual viver um estilo de vida alternativo) e aqueles que ocupam por necessidade (como uma consequência a falta de moradia) é um desafio para alguns ocupantes, e a realidade se torna um pouco turva. No entanto, a ênfase política e midiática no “estilo de vida dos ocupantes” falha em reconhecer essas pessoas que ocupam como uma resposta direta a suas situações de sem teto. (REEVE, 2011, nossa tradução)

Num contexto urbano e analítico, a ação pode ser considerada o simples ato de ocupar um espaço, seja o edifício urbano no centro da cidade, privado ou particular. Seja o loteamento há quilômetros do centro da cidade, com barracos improvisados e quase invisíveis para o tecido central da cidade. Ambas as formas de ocupação são consideradas, mas neste estudo a ocupação urbana em análise é a do recorte central das

idades. Aquela ocupação em edifícios existentes, públicos e privados, mas que antes da ocupação, encontravam-se em situação de abandono e inutilização.

5.2 História

Quanto a situação histórica da ação urbana de ocupação, pode-se perceber que apesar de sua característica mundial de ser um movimento urbano, durável e com conflitos com o sistema político e econômico perante a situação mobiliária, as histórias apresentam-se de maneiras distintas conforme suas localidades (CAMINHA, 2017). Para além disso, é cabível considerar que este movimento urbano possui algumas dificuldades de representação e acolhimento social por diversas questões, o que dificulta uma integridade e apoio para mantimento e compartilhamento de sua história. Com tais dificuldades consideradas, é valorosa a recolha de informações obtidas no estudo que por aqui serão contadas, classificadas entre duas sessões: a história mundial, com a perspectiva abrangente do cenário e das motivações internacionais e a história nacional, para entendermos os primórdios da ação no Brasil.

Para exemplificar a tamanha diferenciação que existe entre as histórias existentes, pode-se citar as nomenclaturas da ação do ocupar urbano. Em meio a pesquisa acadêmica, depara-se diversas vezes com a diferenciação de usos conforme língua e região. Nos países de língua inglesa, o uso comum para o ato de ocupação urbana é a expressão “squatt” ou “squatting”, que significa em tradução “a prática de ocupação em terras ou propriedades sem ter título legal” (COLLINS, 2021).

Já em países de língua espanhola é comum o uso de Okupas com “k” para definir a ação urbana. O uso do K tomou uma grande proporção de adeptos em países que possuem línguas diferentes da espanhola, como o Brasil, que como veremos a seguir, possuía como placa da primeira ocupação urbana realizada no Brasil, a palavra “okupação” inspirada na movimentação internacional. A história da nomenclatura das okupas possui uma conotação diferenciada, a mesma ganhou proporção na Espanha e somada a sua representatividade da ação, estava representando um ideal político dos ativistas, que defendiam o sistema político de Anarquia, contrário a Oligarquia existente no país. Atualmente o termo já não faz referência absoluta ao viés político anterior.

5.2.1 História Mundial

As primeiras constatações do movimento de ocupação urbana surgiu na Europa, nos anos de 1960. Há duas proposições de vertentes de ativistas que iniciaram o movimento, o primeiro que sugere que os primeiros ativistas/ocupantes tenham sido motivados pelo cenário de pós guerra europeu, como forma de protesto e necessidade perante a alta especulação imobiliária existente no momento. (RUDY, 2019) E a segunda proposição, que sugere como motivação inicial e perfil inicial de ocupantes, estudantes que visavam criar espaços para novas atividades e shows. (TUINSTRA & FARIAS, 1991. P. 42 apud RUDY, 2019, p. 2). De ambas maneiras, as ocupações se espalharam por vários países da Europa: Inglaterra, Alemanha, Holanda, Espanha, Itália e outros. (RUDY, 2019) Nos finais dos anos 70, a capital da Alemanha, Berlim, encontrava-se num cenário urbano problemático, onde 10.000 edifícios estavam ociosos e seu mercado imobiliário baseava-se em quase totalidade (90%) em um mercado de aluguel. (LOPEZ, 2002 apud RUDY, 2019). Com essa realidade, iniciaram os movimentos de ocupação urbana ligados a coletivos punks e com viés político anarquistas. Essa questão foi articulada por Rudy:

Enquanto forma de ação direta (ilegal e coletiva), o movimento de okupação “promove e pratica a autogestão da vida cotidiana e do espaço público como valor de uso” lançando frases críticas “a especulação imobiliária e a carência de habitações e locais sociais acessíveis a juventude sem recursos” (López, 2002 p.65), ou seja, visa “consolidar alternativas autogestionárias (fora do mercado e em conflito direto com as insuficiências do Estado de bem-estar) aos problemas de moradia” (LÓPEZ, 2002, p.99).

Enquanto isso, na Inglaterra, os “squattings” (termo utilizado no país) eram vistos de uma maneira distinta e positiva. O termo possuía correlação com o processo urbano de gentrificação, sendo considerado por vezes, uma solução para tal e diferentemente dos outros países da Europa, os squattings na Inglaterra eram aceitos social e legalmente, possuindo inclusive uma assistência legal estatal destinada aos ocupantes destas áreas:

“se você consegue entrar num prédio, sem causar danos criminosos óbvios, e tranca-lo, ele se torna sua residência legalmente. Voce tem direito a receber sua correspondência ali, serviços como eletricidade e gas, coleta de lixo e privacidade” (KURU, 2000, p.18). Podendo ainda, frente aos riscos de reintegração de posse, contar com organizações como a Advisory Service Squatters (ASS), serviço consultivo que presta assistência a squatters. (RUDY, 2019)

Na Espanha, há um termo específico destinado às Okupas: Centros Sociais Okupados Autogestionados (CSOA). Estas Okupas, geralmente possuem um viés cultural

em detrimento ao de moradia, nelas costumam acontecer: oficinas de teatro, autodefesa, musica, pintura, horta orgânica, shows musicais, eventos gastronômicos, entre outras atividades porem sempre com um envolvimento maior das alas jovens em ações coletivas (RUDY, 2019).

Foi com as CSOA que as ações de ocupações urbanas tornaram-se mais populares e foram, conseqüentemente, mais discutidas. A partir das CSOA pode-se perceber, como cita Martinez (2013) apud Rudy (2019):

Quando a função residencial tornou-se integrada à novas atividades, ligadas aos aspectos político, produtivo e de contracultura. A partir de então, os movimentos de ocupação começaram a estabelecer alianças com outros movimentos sociais existentes, e se iniciou um maior envolvimento dos okupas com as dimensões local e global. Neste sentido, as ocupações relacionadas a ações de contracultura possuíam maior vocação para escala global do que as ocupações para a moradia. (RUDY, p.7, 2019)

Para além da notoriedade global, Martinez cita também que as okupas destinadas a ações contraculturas e sociais alteraram positivamente as conexões entre as okupas existentes, fortalecendo o movimento urbano por sua maior capacidade de incluir diferentes atores e de diminuir o preconceito perante as ocupações urbanas (MARTINEZ, 2013 apud RUDY,2019).

Apesar das diferentes formas de surgimento, expressão e motivações para as okupas ocorrerem, há uma congruência em todas elas. Como cita Caminha (2017), o número de ocupações encontra-se relacionado com os momentos mais críticos da economia, como exemplo temos sua expansão no período do pós guerras, onde diversas cidades foram construídas a partir de ocupações urbanas e também, como exemplo, Nova York, onde nos anos 1970 e 1980, com a situação econômica nacional em estado alarmante, houveram dezenas de ocupações urbanas nos bairros da cidade (Arq. Futuro, 2021).

5.2.2 História Nacional

O cenário brasileiro no contexto das ocupações urbanas iniciou nos anos de 1980, partindo de uma situação urbana onde a favelização e a periferização já estavam alarmadas nas grandes metrópoles e havia uma mobilização social contra o regime militar iniciado em 1964 (DOIMO, 1995 apud TRINDADE, 2016). Na década de 1990 foi quando

a movimentação em prol das ocupações urbanas, periféricas, mas principalmente, centrais tiveram mais força. E no final do século XX que ocorre um aumento considerável nas ações de okupas, como cita Thiago:

As ocupações são ações coletivas de alto risco. Como a história demonstra, a possibilidade de um desfecho violento em função de confronto com as forças policiais não é remota. Mesmo diante desse cenário, apenas no centro da cidade de São Paulo foram realizadas 105 ocupações em imóveis ociosos entre os anos de 1997 e 2012, uma média de 6,5 ocupações por ano. Um número nada desprezível, considerando-se todo o risco envolvido e também as dificuldades logísticas e organizacionais envolvidas na realização desse tipo de ação. (TRINDADE, 2017, p.158)

As primeiras ocupações urbanas conhecidas surgiram na cidade de São Paulo e os ativistas/moradores que as fizeram eram pessoas com localidade periférica. Estas tiveram a percepção da escassez de espaços periféricos para viver e iniciaram também as ocupações no meio da cidade. Foi a partir deste período que iniciaram os surgimentos de diversos movimentos urbanos, como o União dos Movimentos por Moradia (UMM) e a Frente de Luta por Moradia (FLM), fortalecendo e organizando a iniciativa, dando início a uma nova fase do movimento urbano no cenário brasileiro. (TRINDADE, 2016)

Como fato marcante na história das ocupações urbanas em edifícios/casas ociosos no Brasil, há uma ocupação feita em 1993, no estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis. A ocupação foi a primeira a gerar uma visibilidade midiática maior. A mesma possuía quinze cômodos, dez participantes e estava ligada ao viés político anarco-punks, com o ideal de criar um espaço alternativo destinado à produção cultural. O nome da ocupação era Espaço Cultural Alternativo e fortaleciam suas ideias de autogestão, apoio mútuo, autonomia e afronta ao sistema capitalista, à propriedade privada e à massificação da cultura (RUDY, 2019).



Figura 11 - Ocupação Espaço Cultural Alternativo - 1993

Outra cidade em destaque nacional na situação de ocupas na década de 90 foi Curitiba, no Paraná. Havia uma ocupação denominada Kaaza, realizada no ano de 1995, comandada por um grupo identificado a ideais anarco-punks e que durou mais de uma década. O grupo era conhecido por vender objetos artísticos em prol do mantimento e reforma do local da ocupa. (RUDY, 2019) Válido considerar a grande demanda de trabalho que iniciar uma ocupação sugere, fato confirmado por contato e entrevistas que serão discutidas no Cap. III – Dados e também por:

As ocupações urbanas geralmente estão em más condições, às vezes estruturalmente inadequados. Janelas quebradas, falta de água encanada, eletricidade ou aquecimento, escadas inseguras e umidade são comuns. Os ocupantes são mais propensos a fazer reparos básicos nas propriedades e evitar maior deterioração por meio da habitação do que causar mais danos. (REEVE, tradução nossa)

Os ocupantes que realizaram a ativação da ocupação Kaaza em 1995 foram os mesmos que ocuparam em 1997 uma residência composta por dezessete cômodos dispostos em dois andares também em Curitiba, chamava-se Payoll. Nesta ocupação iniciaram um projeto de Jornada Cultural, com o intuito de informar a população sobre o movimento punk e squatter, além de fortalecer a cultura local e promover o apoio aos moradores da ocupação. (RUDY, 2019)



Figura 12- Ocupação Payoll

Estas são algumas marcas iniciais da história da ocupação urbana no Brasil, e apesar destes movimentos possuírem relação com o viés anarco-punk não se pode considerar que o Brasil possua atualmente essa expressão no cenário de ocupações urbanas. Souza (2017) salienta que a participação tardia do Brasil em movimentos de ocupações urbanas tem ligação com a repressão da classe operaria, que “desarticulada e reprimida pelo Estado e sem consciência de classe, foi sendo jogada para as favelas na cidade informal ou para longe nas periferias, por políticas habitacionais que seguiam o modelo de planejamento modernista/funcionalista na cidade oficial ‘legal’”. Ou seja, o movimento de ocupação urbana central tomou caráter cultural no seu princípio por conta de movimentações governamentais que envolviam os trabalhadores a tomar outros rumos que não habitar o centro da cidade, mas sim a periferia ou a periferia “ajustada para eles”.

O cenário urbano nacional atual sugere com facilidade de interpretação um enorme desafio: o déficit habitacional, que, lembrando: contabiliza 6 milhões de pessoas sem moradia e a sua hipócrita balança, onde 6 milhões de edifícios encontram-se inutilizados.



5.3 Movimentos Sociais

Movimentos sociais são assegurados como direito de manifestação pelo artigo 5º, XVI, da Constituição Federal de 1988. No Brasil, os primeiros movimentos sociais com visibilidade aconteceram na década de 1970, numa luta organizada por estudantes que expunham seus ideais contrários à ditadura militar da época, com estes movimentos muitas ações ocorreram no Brasil, como o Impeachment do presidente Collor, organizações da Diretas Já e a Passeata dos Cem Mil, movimentos sociais que alteraram a história do nosso país. (PONCHIROLLI, 2019)

Os movimentos sociais são formados por grupos de indivíduos que defendem, demandam e/ou lutam por uma causa social e política. É uma forma da população se organizar, expressar os seus desejos e exigir os seus direitos. São fenômenos históricos, que resultam de lutas sociais, que vão transformando e introduzindo mudanças estruturais na sociedade. (PONCHIROLLI, 2019).

Ponchirolli (2019) cita também os dois modelos diferentes de movimentos sociais: Conjuntural e Estrutural. O movimento social conjuntural surge com demandas específicas e num prazo curto (manifestações pelo preço da passagem ou da gasolina são um exemplo). Estas manifestações são temporais e com objetivos de resolução específica. E a outra forma de expressão de um movimento social é a estrutural, que busca conquistas a longo prazo, com uma amplitude maior de causas e objetivos.

No caso das ocupações urbanas, com base em pesquisas e contato com agentes no tema, são encontrados diversos movimentos sociais que as incluem em suas lutas. Alguns movimentos são mais específicos, outros mais amplos, mas possuem como convergência o apoio à luta de ocupações urbanas pelo Brasil. Quanto à sua essencialidade, Caminha comenta:

Visando a forte representação brasileira que as ocupações urbanas possuem, seus números em crescente e seu tempo de atuação, sabíamos da existência de um grupo organizativo, mais de um. Porém, a realidade é que estes movimentos possuem uma teia de contato muito grande, há um grande senso de comunidade. Eles são necessários para a base dessas pessoas. (CAMINHA, 2017)

Considerando o vasto número de movimentos sociais urbanos brasileiros, decidimos por apresentar de maneira mais profunda dois daqueles que possuíram perceptível presença durante a pesquisa e nos contatos realizados: O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR). Alguns

nomes de movimentos ativos na realidade urbana brasileira: Movimento com Moradia de Luta por Justiça (MMLJ), cujo possui duas ocupações emblemáticas e duradouras no centro de São Paulo: Prestes Maia e Mauá; União dos Movimentos por Moradia (UMM), existente desde 1987 no centro do estado de São Paulo; União Nacional de Movimentos por Moradia (UNMM), a mesma formação da UMM porém com abrangência nacional; a Frente de Luta por Moradia (FLM) presente na luta desde 2004; Movimento pelo Direito à Moradia (MDM); Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); Movimento Luta por Moradia Digna (LMD); Movimento de Luta Social por Moradia (MLSM); Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) e diversos outros que edificam a causa das ocupações.

a. Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNRU

O Fórum Nacional da Reforma Urbana atua desde 1987 nas cinco regiões brasileiras, o mesmo visa modificar o processo de segregação social e espacial nas cidades brasileiras, com o ideal de serem mais justas, inclusivas e democráticas. Pressiona por políticas públicas distributivas, com o intuito de que toda população tenha acesso a serviços públicos de qualidade, exigindo também, o cumprimento da cidade e da propriedade como direito. O FNRU possui atualmente diversas articulações, entre elas movimentos populares, organizações não governamentais, entidades de ensino e estudantis, associações de classe e instituições de pesquisa que tenham o interesse na luta por políticas públicas urbanas congruentes com seus ideais. (FNRU, 2021)

Ao longo dos anos de atuação, o FNRU ganhou grande relevância no cenário brasileiro, tendo seu número de adeptos aumentando a cada ano, chamando a atenção dos setores sociais que envolvem a realidade urbana brasileira, Ermínia Maricato comenta:

As forças que construíram a proposta de reforma urbana fizeram isso durante pelo menos mais de duas décadas. Ganham adeptos em diversos setores da sociedade, construíram uma leitura original sobre a cidade periférica, dando visibilidade ao que era invisível, e uma agenda original sobre a reforma urbana (MARICATO, 2011, pg 55)

Com tamanho desempenho na função urbana brasileira, o FNRU possui atualmente articulações e parceiros dentre os estudados no trabalho atual, como o Movimento de Lutas no Bairro, O Movimento Nacional na Luta por Moradia e a União

Nacional por Moradia. Maricato (2011) cita a FRNU como uma grande auxiliadora no cenário institucional brasileiro, a FRNU foi responsável pela criação de novas leis a respeito da cidade, novos órgãos públicos, novos espaços de participação, por exemplo.

b. Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB

No ano passado (2020), o MLB comemorou 20 anos de existência com um documentário lançado no dia do trabalhador (1º de maio). (COELHO, 2020) O movimento é formado por diversas famílias sem-teto no Brasil e possui como motivação a luta pela reforma urbana e pelo direito de morar dignamente. Com viés político socialista, o MLB luta por uma sociedade diferente, na qual todos possuam igualdade, dignidade e direitos assistidos. Consideram que:

Neste sentido, tem importância fundamental a organização e realização das ocupações. A ocupação educa o povo para a necessidade de lutar organizado e desenvolve o espírito de trabalho coletivo. (Movimento de Luta nos Bairros e Favelas, 2021

Congruente à este posicionamento, como frutos dessa pesquisa e toda a vivência que para ela ocorrer, existiu, pode-se confirmar tamanho envolvimento deste movimento social com a realidade urbana atual. Assim como, sua organização interna e sua coletividade num âmbito interestadual, onde pode-se perceber a comunicação e apoio existente entre as MLBs de diversos estados que se propuseram a estar em contato conosco, Um maior desenvolvimento a respeito destas informações será apresentado nas etapas IV e V deste trabalho.

O MLB é um movimento filiado ao FNRU e ambos possuem como ideal norteador de suas lutas a percepção da cidade e da moradia como um direito, como analisado na etapa I deste estudo. Em congruência com esta motivação, analisemos a percepção de Boulos (2015):

Ocupar não é crime, é um direito. Os trabalhadores sem-teto que ocupam estão exigindo o cumprimento da função social da propriedade e reivindicando legitimamente o direito à moradia digna, também prevista na Constituição. (BOULOS, 2015, paginação irregular)

5.4 Onde localizam-se as ocupações urbanas?

O cenário urbano nacional possui diferentes formas de habitações e movimentações sociais. Por vezes, os termos e desígnios são vistos erroneamente ou de

maneira misturada pela população. Por este motivo, investigamos dois termos que comumente são encontrados na literatura das ocupações urbanas, e que alertam para uma possibilidade de má interpretação ou confusão de termos. Veremos portanto as semelhanças e diferenças existentes entre as ações Periféricas de Ocupação e o Movimento Sem Terra para com as ocupações urbanas centrais.

5.4.1 Ocupações Periféricas x Ocupações Urbanas Centrais

Dentre os termos e desígnios existentes no cenário urbano é comum a percepção difundida de alguns deles. Visando a compreensão geral da situação em análise, buscamos analisar os pontos que diferem os movimentos. As ocupações periféricas, muitas vezes tidas como favelas, são fatos anteriores às ocupações urbanas centrais. Assim como a luta e a movimentação por direito, que iniciaram nas periferias da cidade, em prol de melhores condições de vida e pela regularização de loteamentos clandestinos em benefício da população favelada, e contribuiu para o nascimento de diversas organizações populares responsáveis por canalizar demandas de poder público. (TRINDADE, 2017)

A luta pela ocupação central conecta a luta pelo direito a cidade e pelo direito à moradia. Há com a periferação da cidade, uma ideia histórica de trabalhadores afastados do centro da cidade, sem acesso a serviços e infraestruturas adequadas, portanto as ocupações urbanas centrais surgem como forma de luta pelo direito a cidade. Como comenta Trindade:

As ocupações, nesse sentido, não expressam “apenas” uma luta por um direito, mas outra concepção de cidade, que relega a lógica do mercado a um segundo plano. Utopia? Sem dúvida. Mas uma utopia já parcialmente realizada no presente. Ao ocupar esses imóveis, os militantes do movimento se tornam moradores do centro da cidade, afirmam para a sociedade que ali é o lugar deles. (TRINDADE, 2017, P. 168)

5.4.2 Movimento Sem Terra x Ocupação Urbana Central

Fator comum entre o Movimento Sem Terra (MST) e as Ocupações Urbanas Centrais é a estratégia de ambos movimentos direcionadas pela luta pela terra, seja em áreas rurais ou em áreas urbanas, no centro ou nas periferias. A crítica em comum entre as duas formas de mobilização social é uma: ambas criticam a concentração fundiária nas mãos das camadas economicamente dominantes na sociedade e a falta de acesso das

camadas populares tanto à terra quanto à moradia. Há inúmeras similaridades na luta dos sem-teto e dos sem-terra, mas por fim, estas pessoas reivindicam a função social da propriedade e abolem o uso especulativo do solo. (Trindade, 2017)

Há muitas similaridades entre a luta dos sem-teto e dos sem-terra. Sinteticamente, pode-se afirmar que esses movimentos lutam pela função social da propriedade, o que significa lutar contra o uso especulativo da terra. O principal argumento utilizado pelos movimentos em favor das ocupações está relacionado justamente a esse ponto: é injusto que milhões de pessoas não tenham terra para plantar ou casa para morar, enquanto os grandes proprietários mantêm seus imóveis vazios à espera de valorização (Trindade, 2015^a, apud TRINDADE, 2017, P.168).

Consideradas as semelhanças básicas das lutas, é válido ressaltar também o que as diferem. Para além da noção básica de diferenciação rural e urbana, a luta das ocupações urbanas em zonas centrais possui um caráter simbólico e contestador muito evidente, elas questionam os privilégios dos grandes proprietários e questionam o modelo de urbanização consolidado no nosso país, onde o pobre não consegue acessar o centro (TRINDADE, 2017). As ocupações acionam conflitos fortemente relacionados a nosso passado histórico de desigualdade social, expondo lacunas e contradições da democracia brasileira, por este motivo, criam tantas controvérsias na opinião pública (FERNANDES, 2008, apud. TRINDADE, 2017).

5.5 Ocupações e Políticas Públicas existentes.

O cenário brasileiro de políticas públicas urbanas, como visto anteriormente, não possui caráter de sucesso social e assim como as diferentes expressões de movimentos sociais ocorrem na cidade, as políticas públicas urbanas existentes para diferentes movimento sociais existentes. Portanto, é válido entender como as políticas públicas urbanas atuais do país.

5.5.1 Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS)

O programa nacional de Assistência Técnica para Habitações de Interesse Social (ATHIS) existe desde 2008 e prevê assistência pública e gratuita para a população. Visto com potenciais distintos às demais políticas públicas urbanas nacionais, o ATHIS é considerado por muitos arquitetos o único caminho para solucionarmos a questão da

moradia nos grandes centros urbanos (Portal Clube de Engenharia, 2019). Com caráter que permite acesso a moradia e também à cidade, o ATHIS possui, em teoria, maior possibilidade de atuação na realidade das ocupações urbanas, uma vez que suas ações acontecem em assentamentos informais como cortiços, favelas e ocupações (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais, 2019).

Dentre os fatores que tornam o ATHIS não tão presente na realidade urbana, pode-se citar a falta de colocação do tema na comunidade acadêmica dos profissionais de arquitetura, que ainda possuem a consciência de realizar trabalhos autorais para o pequeno extrato social brasileiro que tem renda para os pagar, esquecendo a possibilidade de atuação na esfera social (SANCHES, D. e RUBIO, V., 2019). E o outro fator, a necessidade do posicionamento municipal, com planejamento orçamental e urbano para que a lei seja efetivada na sociedade. (Arquicast, 2021).

5.5.2 Programa Casa Verde Amarela

A política pública do programa Casa Verde Amarela conversa com a realidade antiga do Programa Minha Casa, Minha Vida. Tal relação se dá pela forma de atuação semelhante na sociedade, que visa a criação de novos lugares de habitação e retirada das pessoas de suas habitações e comunidades anteriores. Em relação ao movimento social das ocupações urbanas, pode-se concluir que não há alguma ligação de resolução.

Considerando o viés político das ocupações urbanas nas regiões centrais e seu protesto e luta pelo direito de maneira ativa no cenário urbano, o Programa Casa Verde Amarela não responde às demandas sociais dessa população. Trindade (2017) comenta a citação de Della Porta e Diani (2006,p.107), onde diz que os movimentos sociais desafiam portanto as formas de dominação incorporadas nas práticas culturais, estilos de vida e hábitos mentais. Que neste estudo, relaciona-se diretamente à ligação do pobre à periferia, uma realidade que acompanha a história urbana nacional há anos. Trindade contesta:

Historicamente, o argumento mobilizado pelo discurso hegemônico para naturalizar a periferização da pobreza baseou-se no alto custo dos terrenos nas áreas centrais. A impossibilidade de se produzir habitação popular no centro da cidade derivava de uma constatação “técnica”, e, portanto, “realista”. A produção habitacional em massa para os mais pobres somente

poderia ocorrer, por essa lógica, onde as terras eram mais baratas – leia-se, na periferia. (TRINDADE, p.

Relatando portanto a antiga justificativa de ação para mobilizar os pobres para lugares afastados do centro. Sendo assim, as ocupações urbanas não possuem suas necessidades atendidas com esta proposta do governo. E podem ser consideradas uma denúncia ativa do modo de produção das cidades do sistema capitalista (ALHO, 2020).

6 CAPÍTULO III – COLETA DE DADOS

Finalizada a etapa de aprofundamento de conhecimentos a respeito do tema de Ocupações Urbanas com ênfase na realidade brasileira, inicia-se a parte prática da pesquisa. Esta etapa será realizada com o intuito de absorver ao máximo a perspectiva e experiências das pessoas que vivenciam a realidade das ocupações urbanas, buscando aumentar o lugar de fala das mesmas e entender a visão delas a respeito do profissional de arquitetura e urbanismo. A intenção deste contato está baseada em um caráter qualitativo por coleta de dados e pesquisa de levantamento (entrevistas e questionários).

No decorrer deste capítulo irei descrever como aconteceram as definições prévias dos contatos e também, como estas foram alteradas no decorrer das interações realizadas. Nosso posicionamento ocorreu de maneira totalmente aberta, visando o maior envolvimento e respeito as opções dos entrevistados, criando assim, um ambiente de expressão mais livre e orgânico para que melhor encaixasse na realidade de cada um que se propôs a participar. Importante frisar o cenário mundial do período de realização da pesquisa (pandemia COVID-19) pois este fato alterou definitivamente a movimentação da etapa e justificando, por motivos de saúde pública, a realização total da mesma via online.

6.1 As Okupas

Os materiais exploratórios e bibliográficos utilizados durante a pesquisa, apesar de vasto conhecimento fornecido, não possuíam grande nomenclatura de okupas brasileiras. Ao longo do período acadêmico de estudo, concomitantemente a realização das pesquisas teóricas, foi sentida a necessidade de aproximação da realidade das okupas de uma maneira mais ativa. Assim, contatos online foram feitos, via rede social Instagram, fornecendo acompanhamento direto tanto de movimentos por moradia quanto das próprias ocupações.

Nesta etapa, as possíveis ocupações foram classificadas. O Brasil possui considerável tamanho geográfico e junto a ele, diversas facetas culturais. Por tal motivo, foi percebida a necessidade de buscar Okupas de diferentes regiões, para entender o funcionamento interestadual das mesmas, suas semelhanças e diferenças.

Durante o processo, iniciamos contato com 7 ocupações em específico, mas ao final obtivemos um contato maior com cinco destas. A seguir uma tabela para compreender onde cada ocupação se localizou na coleta de dados. Valido lembrar que a não efetividade de contato ocorreu por motivos específicos e não por falta de interesse das mesmas.

DESENVOLVIMENTO DOS CONTATOS					
OCUPAÇÕES URBANAS		RESPOSTA CONTATO INICIAL	CONVERSAS PRIMÁRIAS	CONVERSAS EFETIVAS	RESPOSTA A QUESTIONÁRIOS
a	OCUP. SÃO JOÃO - SP	✓	✓	✓	✓
b	OCUP. ANITA GARIBALDI - SC	✓	✓	✓	✓
c	OCUP. LEONARDO CISNEIROS - PE	✓	✓	✓	✗
d	OCUP. UTOPIA E LUTA - RS	✗	✗	✗	✗
e	OCUP. KASA INVISIVEL - MG	✓	✓	✗	✗
f	OCUP. MANOEL ALEIXO - SP	✓	✓	✓	✓
g	OCUP. MAUÁ - SP	✗	✗	✗	✗

Tabela 02: Desenvolvimento dos Contatos – Ocupações Urbanas

Finalizamos a prospecção de participantes com um total de 5 okupas, de quatro estados brasileiros: São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Pernambuco, totalizando a representação de 3 regiões: Sudeste, Sul e Nordeste. As ocupações que não conseguimos contatar foram por dificuldades tecnológicas e as que não obtivemos finalização de contato, por questões adjacentes, como tempo, meio de contato e questões de saúde.

Quanto às ocupações participantes e seus representantes, apresentaremos nos itens a seguir:

6.1.1 Ocupação São João 588 – SÃO PAULO

A Ocupação São João existe desde 2010 no centro histórico da cidade de São Paulo, atualmente possui cerca de 81 famílias cadastradas e 300 moradores. O prédio ocupado em 2010 estava inutilizado há 25 anos e possuía problemas de infraestrutura, estes, solucionados pelos próprios moradores. Possuem atualmente espaços culturais, sala de cinema, horta comunitária e uma biblioteca. São criadores do MSTRU (Movimento Sem-Terra pela Reforma Urbana) e filiados ao FLM (Frente de Luta por Moradia).

Realizamos o contato com a ocupação de maneira online, via plataforma Instagram, cuja é bastante utilizada pela mesma para disseminar informações e o dia a dia da ocupação. A pessoa que nos acompanhou nesse processo foi Vanessa Gebin, ativista na ocupação há 5 anos e moradora há 3 anos. O contato com Vanessa ocorreu via WhatsApp, a mesma participou representando a ocupação nos questionários e entrevistas realizados, assim como conversas livres durante o processo que também agregaram muito para a realização do estudo.

6.1.2 Ocupação Anita Garibaldi – SANTA CATARINA

A Ocupação Anita Garibaldi surgiu no decorrer desta pesquisa, no dia 17 de setembro de 2021, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina. Desde o primeiro dia, 100 famílias sem teto ocuparam o prédio abandonado há mais de 10 anos, com propriedade do Governo Estadual de Santa Catarina. O acompanhamento da criação da Ocupação Anita Garibaldi foi muito envolvente e importante no trabalho. Os mesmos possuíam como forma de contato a rede social Instagram, onde publicavam e publicam, as necessidades e os passos que a ocupação está dando no momento. Desde o princípio, buscaram a organização do espaço, a criação de uma creche e uma cozinha coletiva. A ocupação é realizada e apoiada pelo MLB de Santa Catarina.

O contato com a mesma se deu via Instagram e rapidamente, passamos para o WhatsApp Jahy Pronsato é quem participou do presente trabalho, com questionários e entrevistas, assim como, informações aditivas da realidade. Jahy Pronsato representou para além da Ocupação Anita Garibaldi, a expressão do MLB do estado de Santa Catarina, em prol do seu cargo de Coordenador Estadual dos movimentos.



6.1.3 Ocupação Manoel Aleixo – SÃO PAULO

A Ocupação Manoel Aleixo fica localizada na cidade de Mauá, no estado de São Paulo e é realizada pelo MLB do Estado de São Paulo. A ocupação ocorreu em setembro de 2020, em meio ao cenário pandêmico mundial. O prédio foi ocupado por 50 famílias que o limpam e ajustaram após mais de 10 anos de abandono pela prefeitura da cidade, desenvolvendo a função social do mesmo. Constam atualmente com creches, espaços culturais, atividades com mães e crianças, oficinas profissionalizantes, cursos, bibliotecas, etc. (Moço, 2021)

O contato iniciado via Instagram, fortaleceu a comunicação ao ser passado para o WhatsApp. Provenientes do contato com a Ocupação Manoel Aleixo, obtivemos dois contatos participantes para a pesquisa, o Coordenador Estadual do MLB de São Paulo, Matheus Troilo de Oliveira e o ativista, João Gilberto Silva de Abreu. Ambos contribuíram com pontos de vista via questionários e entrevistas.

6.1.4 Coletivo Kasa Invisível

O coletivo Kasa Invisível existe desde 2013 na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais. Ele surgiu a partir da necessidade de um conjunto de pessoas de obter moradia além da vontade de reformar e habitar lugares abandonados no centro da cidade. O coletivo intitula-se como uma ocupação anticapitalista, autônoma e horizontal e possui como viés político o anarquismo. E para além das ações políticas, culturais e da luta por moradia, os membros e colaboradores organizam também cooperativas autogeridas para autonomia econômica. A okupa realiza feiras culturais, possuem o cineclube (grupo de debate sobre filmes), grupo de estudos de bibliotecas, entre outras atividades.

O contato com o coletivo Kasa Invisível iniciou por instagram e após, optaram pelo contato via e-mail. O contato via e-mail acontecia de maneira mais esporádica e por conta do tempo de pesquisa, tivemos o contato limitado. Apesar da não participação em questionários e entrevistas, o contato com o coletivo possibilitou alguns conhecimentos e percepções que foram úteis ao trabalho.

6.1.5 Ocupação Leonardo Cisneiros

A Ocupação Leonardo Cisneiros é recente, com data inicial em 17 de maio de 2021. O prédio ocupado era do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e estava abandonado há 20 anos, conforme contato com o coordenador do MLB do estado de Recife, até então já foram retiradas 25 toneladas de entulho de dentro do mesmo. Foram 250 famílias que realizaram a ocupação, motivadas pela perda de seus pertences após fortes chuvas na região e a alta do valor do aluguel.

Com o contato realizado com a ocupação Leonardo Cisneiros, fomos encaminhados para contato direto com Jean Carlos Costa dos Lírrios, que para além da representatividade das ocupações, respondeu as questões e manteve contato com informações precedentes de seu posicionamento estadual. Por questões de saúde atreladas ao tempo, não conseguimos finalizar o contato de Jean com o questionário, mas no decorrer do tempo em contato, o mesmo forneceu informações de grande valor para este trabalho.

6.2 Meios de Contato

As classificações a respeito do meio de contato foram estipuladas em três subgrupos: conversas primárias, conversas efetivas e questionários. A seguir, explica-se a que âmbitos estas classificações se referem:

6.2.1 Conversas Primárias

As conversas primárias dizem a respeito da aproximação inicial com as ocupações, que foram em sua totalidade realizadas via plataforma Instagram. Após explicação do presente trabalho, as intenções e necessidades provenientes dele e com o devido interesse e abertura das pessoas da ocupação, dávamos continuidade ao assunto, que em 4 dos 5 casos participantes, migraram para o Whatsapp. Apenas uma ocupação urbana preferiu dar continuidade via e-mail.

6.2.2 Conversas Efetivas

A plataforma WhatsApp propiciou maior interação para com as pessoas dispostas. Nela, foi possível criar um ambiente com maior abertura de expressão, tornando a troca de experiências mais orgânica. Dentre compromissos de ambas as partes, as conversas aconteciam nos intervalos das rotinas mas sempre com muita disposição e intenção dos dois lados.

Em aspecto de triagem, este subgrupo foi contemplado por 4 das 5 ocupações em contato. Ou seja, conseguimos adquirir maior conhecimento com os grupos contatados pela plataforma, diferentemente do contato via e-mail que por questões de tempo de resposta, não obtivemos uma conversa efetiva e respostas aos questionários.

Durante a etapa de conversa efetiva percebemos as atividades realizadas por cada um com quem estávamos em contato, observando por fim a presença de: Coordenador do MLB de Santa Catarina, Coordenador do MLB de Pernambuco, Coordenador do MLB de São Paulo, Moradora de Ocupação de São Paulo e Ativista em Ocupação em São Paulo.

6.2.3 Questionários e Entrevistas

Nas interações anteriores, objetivando o conforto dos ocupantes dispostas a participar da pesquisa, possibilitamos a conversa efetiva de diversas maneiras, reforçando a ideia de que se sentissem confortáveis com o meio de responder. Respostas por áudio e conversas por vídeo foram propostas, em alguns casos estas questões soltas do contato diário forneceram uma maior pessoalidade entre nós e os entrevistados. Isso porque, conforme Lakatos (2003) a entrevista propõe uma profundidade, relacionada aos sentimentos, pensamentos e lembranças do entrevistado, sua intensidade e intimidade.

Porém, para complementar e trazer respostas mais efetivas ao trabalho, encontramos os questionários como meio mais apto para efetivar nossa pesquisa. Um questionário é descrito como:

Um instrumento de coleta de dados, constituído por uma serie ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistados. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador, depois

de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. (Lakatos, 2003, pg 201)

Iniciamos então a organização das perguntas a serem feitas e durante este processo, foi percebida a necessidade de um diferencia mento de questões conforme as ações dentro das ocupações urbanas. A respeito das divisões de expressão dentro das okupas, Aguilera discorre:

Em segundo, um dos principais pontos desta configuração é a diferenciação entre ocupantes e ativistas que, por vezes, não são os que ocupam os imóveis – como, por exemplo, o caso das organizações Jeudi Noir e Droit au Logement (DAL), na França, citadas por Aguilera (2013). O ato de ocupar não pode fornecer moradia para todos e não é capaz de desafiar todo o sistema capitalista, mas pode ajudar à alguns excluídos pelo capitalismo e àqueles que desejam mudar o sistema através do envolvimento em uma forma alternativa de vida, campanhas políticas, outro movimento social e assim por diante. (MARTÍNEZ; CATTANEO, 2014, p.51, tradução nossa)

No caso dos pesquisados envolvidos no nosso trabalho, realizamos a divisão visando contemplar a etapa de dados pessoais de cada um deles e finalizamos em três subgrupos:



Tabela 03: Divisão de Grupos | Questionários

A triagem serviu para facilitar o recolhimento das informações, mas não condizia com a realidade de maneira total, isso porque, é comum nas ocupações urbanas que uma mesma pessoa possua inserção em mais de um único grupo aqui proposto. Nestes casos,

deixou-se claro que escolhessem a perspectiva cuja qual mais se identificavam no momento.

Os três questionários possuíam as questões iniciais destinadas a dados pessoais e com diferenciações para contemplar os grupos existentes. Mas, no que diz respeito a respostas direcionadas ao tema e sua relação com o arquiteto e urbanista, as questões eram praticamente as mesmas, como pode ser visto nas figuras anexadas como APENDICE A, B e C. Ao todo foram realizadas 7 a 8 questões específicas direcionadas ao tema em análise.

Quanto ao envio dos questionários, foram necessárias duas formas de trabalho. A primeira forma foi criada no plataforma de formulários do google, tendo em vista que o contato já estava sendo feito online, arrisquei em acreditar que o acesso seria feito com facilidade. Mas, posteriormente, 2 ocupações solicitaram o envio por escrito das questões, anunciando as dificuldades de acesso a internet e também o receio a inserção de dados pessoais em plataformas digitais.

6.2.4 Arquivos Auxiliares

Para confirmar que todos os participantes estivessem a par dos conhecimentos básicos para a realização das questões, foram enviadas apresentações antes dos questionários, estas contendo conteúdo a respeito da profissão do arquiteto e urbanista e numero básicos sobre o déficit habitacional brasileiro. A apresentação pode ser vista em APENDICE D. Ação incentivada pelas diretrizes de Lakatos:

Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor, no sentido de que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável. (LAKATOS, 2003, pg 201)



7 CAPÍTULO IV – DISCUSSÕES E RESULTADOS

Para melhor organizar as percepções e discussões propiciadas pela coleta de dados, utilizamos dois métodos para realizar a elaboração dos dados. O primeiro, a codificação, uma técnica operacional utilizada para criar categorias de dados que se relacionam, mediante estas divisões é possível criar uma tabulação mais compreensível. Como cita LAKATOS:

A codificação divide-se em duas partes: 1. Classificação dos dados, agrupando-os sob determinadas categorias; 2. Atribuição de um código, número ou letra, tendo cada um deles um significado. Codificar quer dizer transformar o que é qualitativo em quantitativo, para facilitar não só a tabulação dos dados, mas também sua comunicação. A técnica de codificação não é automática, pois exige certos critérios ou normas por parte do codificador, que pode ser ou não o próprio pesquisador. (LAKATOS, 2003, pg 167)

A respeito das codificações necessárias para promover a melhor compreensão dos dados, foram selecionadas duas vertentes: uma relacionada a questões específicas da realidade das ocupações urbanas, outra relacionada diretamente a ação do arquiteto e urbanista nesta realidade. Esta diferenciação foi de extrema importância para conseguirmos uma visualização direta das respostas que conversam com nossas hipóteses, direcionadas ao profissional de arquitetura e urbanismo. E para além disso, possibilitaram um aprofundamento maior nas questões diárias que as ocupações urbanas passam, criando um espaço de reflexão sobre possíveis ações dos arquitetos nelas.

Finalizamos então com 6 tipos de conteúdo qualitativos adquiridos com a coleta de dados: 4 fornecidos por contatos efetivos e 2 fornecidos por contatos primários. Os contatos primários, apesar da não interação com o tema desta pesquisa, foram importantes para a percepção geral da realidade das ocupações urbanas, trazendo pontos de vistas e fatos do dia a dia que auxiliaram para a formação desta pesquisa.

A nomenclatura definida para os contatos realizados será demonstrada na próxima tabela:

NOMECLATURAS		
OKUPAS	PARTICIPANTE	SIGLA
OCUP. KASA INVISIVEL - MG	NÃO IDENTIFICADOS	P01
OCUP. LEONARDO CISNEIROS - RE	COORDENADOR MLB RECIFE	P02
OCUP. SÃO JOÃO - SP	MORADORA	E01
OCUP. ANITA GARIBALDI - SC	COORDENADOR MLB STA. CATARINA	E02
OCUP. MANOEL ALEIXO - SP	COORDENADOR MLB SÃO PAULO	E03
OCUP. MANOEL ALEIXO - SP	MILITANTE	E04

Tabela 04: Nomenclaturas - Siglas

As nomenclaturas foram divididas entre dois grupos, os de contato primário e os de contato efetivo. Os de contato primário iniciam pela letra “P” e são classificados pela sua condição de não finalização das entrevistas e questionários. Já as demais ocupações, encaixam-se na nomenclatura iniciada pela letra “E” de contatos efetivos, estes sendo classificados por completarem toda a proposta de entrevista e questionários traçada no trabalho.

Após codificação, definimos a forma de ação da análise e interpretação de dados que será baseada no conceito de Lakatos (2003) e terá como foco a Análise ou explicação, considerada a tentativa de evidenciar as relações existentes entre a questão de estudo e outros fatores. Essas relações podem ser estabelecidas com base nas funções relacionais de causa-efeito, correlações, análise de conteúdo, produtor-produto. Etc (Trujillo, apud Lakatos, 1974). E a elaboração de tal análise será feita com caráter de interpretação, definido por Lakatos:

a) Interpretação. Verificação das relações entre as variáveis independente e dependente, e da variável interveniente (anterior à dependente e posterior à independente), a fim de ampliar os conhecimentos sobre o fenômeno (variável dependente). (LAKATOS, 2003, pg 168)

Os dois códigos que foram interpretados são: Questões Específicas – Relevância do Arquiteto e Urbanista; Questões Circundantes – Vivências das Ocupações Urbanas. E ao final, para além das análises individuais, serão analisadas as possíveis conexões entre o que não foi dito de maneira específica, mas pode ser refletido.

7.1 Questões Específicas – Relevância do Arquiteto e Urbanista

Dentre as respostas obtidas e apesar de questões específicas publicadas na Etapa V – Coleta de Dados, os caminhos de respostas e dados trazidos pelos contatos de análise foram diferentes entre si. Visando uma melhor compreensão, seguiremos tabela analítica de análise a respeito da posição do arquiteto e urbanista na realidade das seis ocupações urbanas.

QUESTÕES ESPECÍFICAS

	PRESENÇA DE ARQUITETOS E URBANISTAS	CONSIDERAÇÃO DA RELEVÂNCIA	ATIVIDADES REALIZADAS	ATIVIDADES IDEALIZADAS
P01	✓	○	NÃO DESCRITA.	NÃO DESCRITA.
P02	✓	○	APOIO NA DELIMITAÇÃO ESPACIAL INTERIOR.	NÃO DESCRITA.
E01	✓	✓	APOIO TÉCNICO REALIZADO PELA ONG PEABIRU.	MAIOR ENVOLVIMENTO POLÍTICO E ATENÇÃO AO URBANISMO.
E02	✓	✓	APOIO NA DELIMITAÇÃO ESPACIAL INTERIOR E ESTRUTURA.	MAIOR ENVOLVIMENTO POLÍTICO E COM PROPOSTAS DA REFORMA URBANA.
E03	✓	✓	APOIO ESTRUTURAL, COORDENADORIA, CONTATO COM ÓRGÃOS E ATOS DE RUA.	MAIOR ENVOLVIMENTO NA PERCEPÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA.
E04	✓	✓	APOIO NA DELIMITAÇÃO ESPACIAL INTERIOR E ESTRUTURA.	MAIOR ENVOLVIMENTO E PRESENÇA NOS MOVIMENTOS.

✓ RESPOSTA POSITIVA
 ✗ RESPOSTA NEGATIVA
 ○ NÃO RESPONDEU

Tabela 05: Coleta de Dados | Questões Específicas

7.1.1 Trabalhos Realizados

O compilamento de dados nos mostra a presença de grupos de arquitetos e urbanistas em todas as estâncias de entrevistados (ocupações individuais e ocupações dos estados de SP, SC, MG e RE, do MLB). As presenças de arquitetos e urbanistas citados foram de estudantes à professores, assim como profissionais da área de maneira individual ou com representatividade de Conselhos e ONGS, como é o caso da Peabiru, ONG citada por Vanessa Gelbi (2021), como grande auxiliadora, tanto da perspectiva arquitetônica, como da perspectiva jurídica para a Ocupação São João.

A ONG Peabiru – Trabalhos Comunitários e Ambientais foi fundada em 1993 por profissionais que teriam no final da década de 1980 trabalhado em habitações de interesse social, realizando assessorias e acompanhamento de obras. O grupo é formado por engenheiros, arquitetos e urbanistas, advogados, psicólogos, sociólogos e outros profissionais da área social. (Peabiru, 2021) Na entrevista com Vanessa, ela descreve: “Sim, já tivemos contato com os arquitetos da PEABIRU. Fizemos trabalho de investigação para ver como está e inclusive o ministério público passou aqui semana passada, acredito que passamos na vistoria. Isso foi uma ajuda dos arquitetos, que mostraram para a gente o que podia ou não fazer.”

Nesta fala, Vanessa revela um ponto importante do auxílio arquitetônico e urbanístico somado à outros profissionais que propiciam uma ação relevante no cenário das ocupações urbanas, garantindo que a ocupação esteja de acordo com as normas necessárias para adquirirem a vistoria.

A presença dos arquitetos e urbanistas nas ocupações urbanas foi atrelada em sua maior parte às reformas interiores dos espaços. Isso se deve ao fato de que as ocupações urbanas geralmente ocorrem em edifícios não destinados a habitação residencial, necessitando assim, de novas formações para adquirir aspecto e qualidade de moradia para os ocupantes. João Gilberto, em sua entrevista, diz: “a organização do espaço é inerente ao direito de morar dignamente”, contemplando o auxílio, descrevendo-o como necessário para fazer valer o direito que as ocupações buscam, uma moradia digna. E esta, só é digna se suas habitações forem também.

Outro trabalho reconhecido a respeito dos arquitetos é do seu envolvimento com questões organizacionais, atos públicos e envolvimento pessoais dentro da ocupação, situação valorizada por Matheus, do MLB do estado de São Paulo, que garante ao falarmos sobre a ação dos arquitetos: “Sim, pois pode auxiliar em questões técnicas fundamentais para as ocupações. Mas sua participação não está restrita a essa participação.” Junto a esta percepção de valor da ação do arquiteto para além das reformas internas, Vanessa (E01) confirma a diferenciação existente entre arquitetos com viés sociais e aqueles que trabalham na ocupação sem entender direito o que está

acontecendo ali, posicionando claramente a valorização da atuação para além dos espaços internos, mas também pelos ideais do movimento de luta por moradia.

7.1.2 Trabalhos Idealizados

Na finalização dos questionários, a pergunta era: “Em um cenário ideal, que tipo de participação do arquiteto e urbanista você esperaria?” e antes mesmo da resposta explícita desta questão, alguns desejos perante a ação do arquiteto e urbanista surgiram no discurso dos entrevistados. Em sua grande maioria, o desejo era sobre o posicionamento e envolvimento político dos profissionais de arquitetura e urbanismo. A respeito disso, todos os contatos que responderam efetivamente as questões, sugeriram esta alteração. Vanessa discorre veementemente sobre o assunto: “A questão do arquiteto se envolver com a ocupação, ele definitivamente precisa ser um arquiteto com definição política, ele não pode ser uma pessoa apolítica. Não existe você trabalhar a questão social se você não tem um posicionamento político, então a gente parte desse princípio. Partindo desse princípio do posicionamento político, ele já vai ter um olhar social também. A realidade é assim.”

A política e a economia estão atreladas em todos os âmbitos de discussão do cenário urbano, seja no contexto teórico, com as inúmeras discussões de viés político econômico, seja no contexto de ação dentro das cidades, com as ocupações urbana. A maneira desigual do desenvolvimento urbano, cria o cenário para o conflito social. As cidades nunca foram, lugares harmoniosos, sem conflito, violência ou confusão (HARVEY, 2013). Matheus discorre: “Para nós é fundamental a participação do arquiteto nos núcleos de base, contribuindo com as discussões políticas e economia do movimento, além de conhecer a realidade de cada família que participa daquele núcleo.”

Outro questão que surgiu na concepção de idealização de atuação do profissional, foi o desejo de maior envolvimento do mesmo para com as questões urbanas da cidade, em específico da Reforma Urbana. O representante do MLB de Santa Catarina, Jahy, discorre: “Para além das questões estruturais, pensar em cursos de formação e debates a respeito da reforma urbana e da estruturação da cidade a partir de um recorte de classe que se reflete na arquitetura e na forma como a cidade é pensada.” Em contexto de Reforma Urbana. Sousa reflete, no ano de 2000:

“Mas assim como as ocupações no campo trouxeram à tona a luta pela reforma agrária, as ocupações de prédios nos grandes centros urbanos no Brasil, tem colocado em pauta a situação gritante enfrentada pela população pobre marginalizada de nossa sociedade. Não se trata apenas de resolver o problema da moradia dos pobres, mas democratizar o acesso à terra nos centros urbanos, desconcentrando a renda e contribuindo para a melhora da qualidade de vida da sociedade como um todo. Assim, nos edifícios ocupados a palavra de ordem tornou-se: REFORMA URBANA JÁ!” (Gutemberg Sousa, 2000, pg 4)

O entrave social vivenciado há duas décadas atrás segue em compasso com a atual história urbana brasileira. A reforma urbana visa garantir a lei de função social de moradia e é enfatizada pela percepção de que não adianta haver intervenções financeiras, distribuir renda por políticas públicas, sem atender a dimensão espacial de onde ela vive, com saneamento básico, transporte coletivo e fácil acesso a outras partes da cidade. Isso porque, a dimensão espacial possui capacidade assustadora de aumentar e reduzir a desigualdade social. (TRINDADE, 2021). E Jahy, finaliza, compartilhando seus ideais: “O arquiteto, como aquele que tem a capacidade de pensar novas formas de moradia (e com isso de vivência e convivência), tem um importante papel a desempenhar no processo de reforma urbana que passa, a nosso ver, necessariamente pela construção de novas ocupações nos principais centros das cidades.”.

7.2 Questões Circundantes – Vivências das Ocupações Urbanas

Em meio aos contatos realizados e também, durante os questionários e entrevistas, muitos assuntos foram surgindo. Em primeira estância, a percepção de suas interferências na discussão do estudo não foram percebidas, mas em reanálise, acreditamos que alguns pontos que fogem ao tema principal, também agregaram para a percepção do movimento e dos ideais dos ocupantes.

7.2.1 Política

Claramente o tema político foi de grande ênfase na discussão e para além da perspectiva de necessidade e envolvimento, alguns fatos políticos foram compilados. O MLB, movimento gestor de 3 dos 4 contatos efetivos realizados, criou juntamente com outros movimentos sociais, um partido político chamado Unidade Popular, que apoia integralmente a construção de todas as ocupações dos MLB, somatizando aos auxílios

recebidos por vereadores, advogados populares, sindicatos e outras forças e partidos políticos de esquerda. (Jahy)

As questões pessoais que levam as pessoas a vivenciarem as ocupações urbanas são variadas, tendo elas relação com suas histórias pessoais. Vanessa ao ser questionada sobre o princípio de seu contato relata: “Desde os 12 anos era envolvida com partido político, com o PT, então eu sempre estive próxima de alguns movimentos “. Após, confirma sua continuidade por realização de estudos de Trabalho de Conclusão de Curso e mestrado com o tema de ocupações urbanas, que a agitaram para fazer parte de maneira efetiva da luta. Em áudios posteriores, Vanessa diz “E eu vou te falar que o movimento menina, não é brincadeira”. Vanessa também, no início de nosso contato, relatou sua ausência por questões de falta de água na ocupação, com duração de três dias.

7.2.2 Urbanismo

Além das idealizações discorridas anteriormente, a questão urbana surge no discurso dos entrevistados em outros moldes. Uma das questões interessantes percebidas no discurso de Jean é a da transformação urbana realizada na área da ocupação social realizada. Sem caráter de convencimento, apenas de fala, Jean afirma as alterações feitas no prédio ocupado Leonardo Cisneiros, o qual foram retiradas 25 toneladas de lixo, realizadas novas instalações elétricas e hidráulicas e completa: “Um prédio totalmente abandonado, um prédio que era usado como área de roubo, as pessoas roubavam e corriam para esse prédio. Esse prédio hoje está com 210 cadastros de família que estavam em situação vulnerável, que não conseguiam pagar aluguel, que perderam suas coisas nas fortes chuvas. Hoje esse prédio está com característica de moradia.” Essa fala de Jean conota a evidente alteração urbana realizada no local anteriormente marginalizado, além da valorização do edifício que estava desocupado há tantos anos.

Vanessa, da Ocupação São Joao, reafirma em seu discurso a importância do arquiteto assumir o seu papel de urbanista também, de pensar no social, de criar uma arquitetura em relação às pessoas e a cidade. Visões essas, que são coerentes com o

Código de Ética do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, o qual foi analisado anteriormente, no CAP I – BASE. Enfatiza também que o arquiteto e urbanista possui um diferencial em suas habilidades, o profissional sabe lidar com questões mais pessoais das rotinas das pessoas, que ultrapassam a técnica e são essenciais para a ação dentro de uma ocupação.

Outro ponto discutido em mais de uma entrevista é a possibilidade das pessoas de baixa renda estarem no centro, usufruindo dos serviços que ali são oferecidos. Uma crítica evidente a segregação espacial existente nas cidades brasileiras. Rolnik, comenta:

“É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças. Feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É a este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial.” (Rolnik, pg.26, 1988)

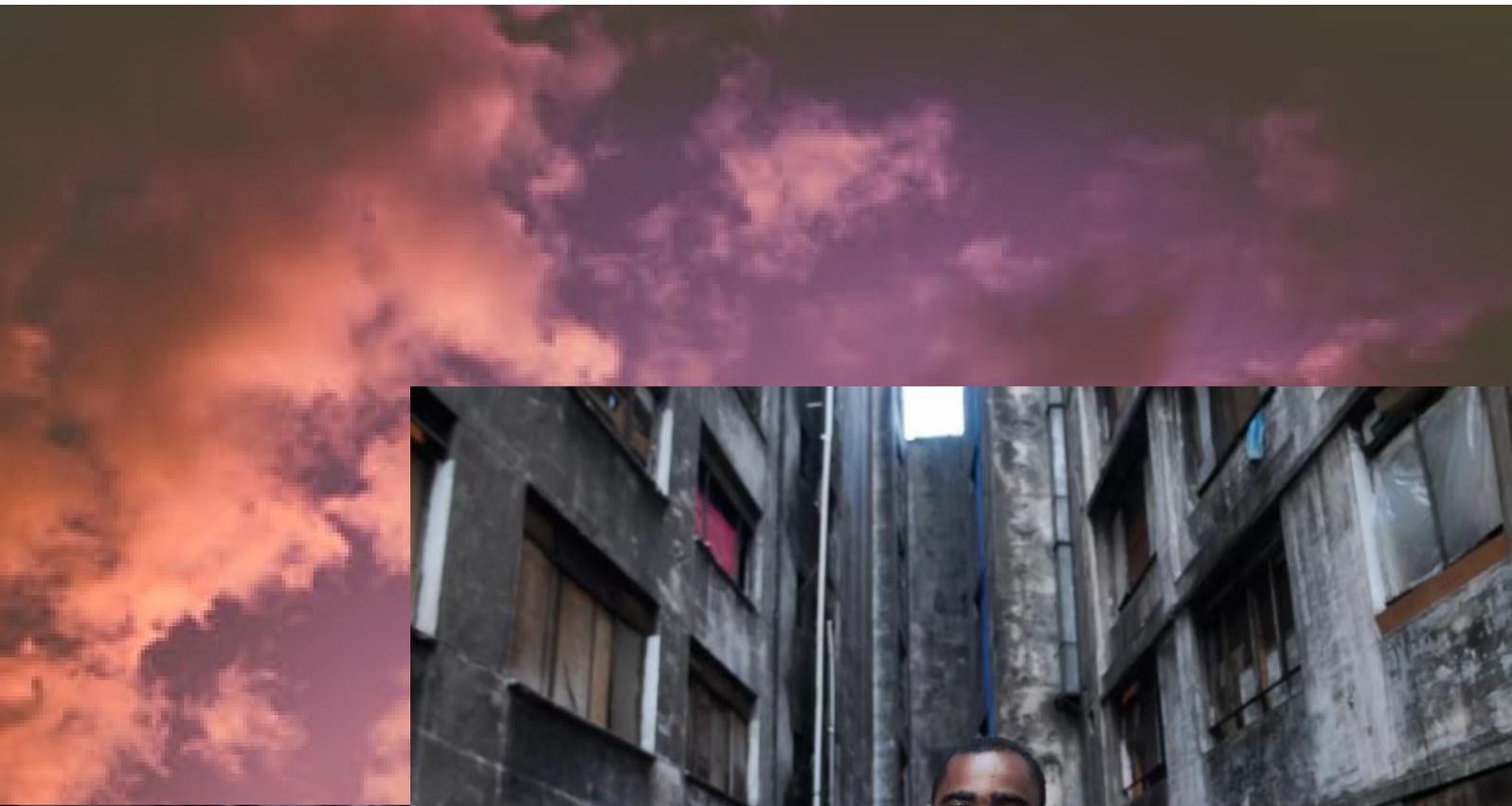
7.3 Percepções Gerais

Atualmente, a ação dos arquitetos e urbanistas encontra-se majoritariamente atrelada à modificação e auxílio nos espaços internos, com a criação de layouts condizentes as necessidades de moradia e questões de infraestrutura. Este trabalho é valorizado pelos envolvidos na realidade das ocupações urbanas e confirmada por estúdios. A arquitetura influi diretamente no bem-estar das pessoas e na saúde pública de um local. Exemplos disso são ambientes com boa ventilação, que por si só, previnem diversas doenças respiratórias e também, ambientes projetados com cautela na iluminação, auxiliando na saúde emocional (Alves, 2018). E para além dos espaços fechados, há a cidade e seus diversos estudos sobre impactos na saúde mental, é preciso compreender que a escala urbana afeta toda a sociedade. Sobre este assunto, Jan Gehl ressalta:

“A sensação de conforto e bem-estar em uma cidade é profundamente dependente das relações que podem ser criadas entre a estrutura do espaço e a presença do corpo humana, e como seus elementos podem afetar cada um de nossos sentidos.” (Equipe Arch Daily Brasil apud Jan Gehl, 2021)

Para além da realidade de apoio arquitetônica atual, focada na costura interna do ambiente ocupado. Os ocupantes acreditam numa maior conexão e visão dos arquitetos e urbanistas para com a cidade, questionam o envolvimento urbano e político dos mesmos. Em outras palavras, para além do exercer da profissão como arquitetos, solicitam do formando de arquitetura e urbanismo, sua condição de urbanista. A falta de contato e interesse por meios urbanos e políticos por parte dos profissionais da área põe luz à muitas reflexões. Dentre elas, tenhamos como princípio, o lugar de aprendizado da profissão: O cenário acadêmico possibilita o profissional a desenvolver uma capacidade perceptiva, econômica, social e política suficiente a respeito do urbanismo? Ou em que lacunas encontra-se a causa para o pouco envolvimento existente? São exemplos de algumas questões que parecem respostas e contribuiriam para o maior entendimento do estudo.

Rolnik (1988) afirmou: “Sem dúvidas, é possível dizer que hoje o mercado domina a cidade.” E tal afirmação ainda possui veracidade no cenário urbano, adicionada à forte desigualdade social existente no país. Percebemos então, a forte relação entre os temas solicitados pelos entrevistados: a política, a economia e o cenário urbano, todos envolvidos por temas que se conectam e todos carentes de posicionamento do profissional para com isso. Enquanto a cidade não for vista como situação política e econômica, é possível que o discurso sobre o urbanismo esteja inapto a ser realizado.



8 FINALIZAÇÕES

A busca pela compreensão da relevância do arquiteto e urbanista na realidade das ocupações urbanas, trouxe para além da confirmação da hipótese do trabalho, a possibilidade de discorrimento e análise de diversos temas que coexistem nas cidades contemporâneas. Os resultados e discussões encontrados no trabalho foram possíveis pela união de uma análise teórica profunda com abrangência de diversas áreas de estudo (humanidade, sociedade, política, economia, governo, etc.) com a coleta de dados específica com representantes das ocupações urbanas nacionais. Discorreremos então a respeito das considerações finais alcançadas ao longo da realização deste trabalho.

A realidade urbana nacional não supre o direito que anuncia na própria constituição, não fornece moradia digna para seus habitantes. As ocupações urbanas fazem parte de uma realização de direito de maneira ativa, elas sofrem preconceitos, mas produzem um cenário urbano alterado que garante a função social da moradia mesmo que sem o incentivo governamental. Estudiosos da área consideram as ações de ocupação em áreas centrais o vislumbre do urbanismo do futuro. Este estudo visa trazer visibilidade, voz e espaço para os discursos dos ocupantes e dos movimentos urbanos por moradia, indagar a ação do profissional de arquitetura e urbanismo e abrir espaço para possíveis evoluções nos dois âmbitos. Na comunidade escolar, que não apresenta a presença esperada pelo diplomada que possui e na realidade urbana, de quem não consegue arcar com a especulação imobiliária existente.

Evidencia-se com esta pesquisa a presença total de arquitetos e urbanistas na realidade das ocupações urbanas. Estas atreladas em sua maior parte a reformas de espaços internos e infraestrutura. As ocupações urbanas acontecem geralmente em espaços não construídos com intuito residencial e com a participação dos arquitetos e urbanistas é possível criar ambientes mais saudáveis aos moradores, promovendo bem-estar e saúde. Apesar disso, foi constatado também, a falta de participação em discussões urbanas e políticas da cidade. Os ocupantes idealizam a participação do arquiteto e urbanista em âmbitos mais amplos da realidade urbana do Brasil.

Constata-se portanto, que sim, os arquitetos e urbanistas possuem relevância na realidade das ocupações urbanas. E para este entendimento foram essenciais os estudos primários de percepção das necessidades humanas, de compreensão das leis nacionais e internacionais que regem as pessoas, a diversa influencia que o cenário urbano sofre das políticas e da economia existente e por fim, entender, em contato direto com quem vivencia essa realidade, quais os auxílios que o profissional pode realizar e quais as demandas sociais que existem para com eles.

As dificuldades percebidas no decorrer deste trabalho dizem respeito a etapa II, especificamente a coleta de dados. Embora tenhamos conquistados os objetivos traçados e a sorte do contato com coordenadores de estados do MLB, aconteceram algumas perdas de contato durante o processo. Estas perdas aconteceram devido a demoras no retorno de mensagens ou simples falta de resposta. O meio online, apesar de possibilitar com que tenhamos maior número de contatos, propõe também uma fácil desconexão e esquecimento.

Apesar das confirmações e cumprimentos de objetivos e hipóteses atingidos na presente pesquisa. A mesma é plausível de ter deixado lacunas no cenário urbano nacional das ocupações urbanas, considerando o grande espaço geográfico ocupado pelo nosso país, é de imensa necessidade que as vozes dos ocupantes e militantes do movimento de ocupações urbanas de outros estados também seja ouvida. Para além disso, a pesquisa sugere indagações a respeito do envolvimento do arquiteto e urbanista com a realidade urbana política e social no país. Propondo a reflexão sobre o que transforma o profissional de arquitetura e urbanismo atual ausente destas discussões que são pertinentes as suas áreas de conhecimento.

O trabalho é de extremo valor para a comunidade científica, social e profissional, possibilitando a discussão de um tema pouco visado no meio acadêmico e na maior parte da realidade profissional. Apesar de sua ausência de discussão, a cidade continua a agir, a crescer e a ocupar novos espaços, ela age sobre nós e nós agimos sobre ela. O urbanismo é uma vivencia múltipla da sociedade, que conversa com diversos outras formas de manifestação humana e social, é necessária sua valorização, ação e estudo com maior veemência.



9 REFERENCIAS

AGUILAR, Franco. Entenda o que é o Estatuto da Cidade e seus principais instrumentos. Disponível em: < <https://www.aurum.com.br/blog/estatuto-da-cidade/>>. Acesso em: 31/08/2021.

ALBUQUERQUE, F. **Quem são os movimentos sem teto e porque eles fazem da ocupação sua principal arma**, 2018. Gazeta do Povo. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/quem-sao-os-movimentos-sem-teto-e-por-que-eles-fazem-da-invasao-sua-principal-arma-5pdhl2txuw4z19w5cmcjhtynu/>>. Acesso em: 12/11/2021.

ALHO, I. Nasce a Ocupação Manoel Aleixo na cidade de Mauá. A verdade, 2020. Disponível em: < <https://averdade.org.br/2020/09/nasce-a-ocupacao-manoel-aleixo-na-cidade-de-maua/>>. Acesso em: 12/11/2021.

ALVES, S. Arquitetura e Urbanismo impactam na saúde e bem-estar. CAU – MT, 2018. Disponível em: <<https://www.caumt.gov.br/arquitetura-e-urbanismo-impactam-na-saude-e-no-bem-estar/>>. Acesso em: 12/11/2021.

ANDRADE D. Políticas públicas: o que são e para que servem? **Politize**, 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/politicas-publicas/>
<<https://polis.org.br/polis/o-que-e-o-polis/>>. Acesso em 17/05/2021.

Arquicast. "**Desafios e oportunidades da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social no Brasil**" 07 Mar 2021. ArchDaily Brasil. Acessado 19 Nov 2021.
<<https://www.archdaily.com.br/br/957888/desafios-e-oportunidades-da-assistencia-tecnica-para-habitacao-de-interesse-social-no-brasil>>

ARQUITETURA E SAÚDE: COMO O ESPAÇO IMPACTA NO BEM-ESTAR EMOCIONAL, 2021. **ArchDaily Brasil**. Disponível em: <
<https://www.archdaily.com.br/br/966233/arquitetura-e-saude-como-o-espaco-impacta-no-bem-estar-emocional>>. Acesso em: 12/11/2021.

ATHIS: A arquitetura como construção coletiva pela moradia plena. Portal Clube de Engenharia, 2019. Disponível em:
<<https://portalclubedeengenharia.org.br/2019/11/27/athis-a-arquitetura-como-uma-construcao-coletiva-pela-moradia-plena/>>. Acesso em: 19/11/2021.

BOULOS, G. **Porque ocupamos?** São Paulo: Autonomia Literária, 2014.

BOULOS, G. **De que lado você está?** – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05.10.1988. Brasília, 1988.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao>.

CAMINHA, J. V. **Uma teoria acerca da ocupação de imóveis vazios**. São Paulo, 2017.

CARVALHO, Talita. A origem do Sistema Capitalista. **Politize!** 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/sistema-capitalista-origem/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAjw_JuGBhBkEiwA1xmbRWMCG5s38BUKJamC1yTO_ywPOq8Toh1tXbOPAVq2IsyRGqVqLNdh1RoCjlsQAvD_BwE>. Acesso em: 14/06/2021.

CIDADE. **Origem da palavra**, 2021. Disponível em: <<https://origemdapalavra.com.br/palavras/cidade/>>. Acesso em: 09/05/2021.

CIDADE. **Michaelis**, 2021. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cidade/>>. Acesso em: 09/05/2021.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAUBR). **Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas**, 2015. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/Etica_CAUBR_06_2015_WEB.pdf>. Acesso em: 10/06/2021.

CRESCIMENTO DAS CIDADES E A PERIFERIZAÇÃO. **Observatório das Metrôpoles**, 2016. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/o-crecimento-das-cidades-e-periferizacao/>>. Acesso em: 10/05/2021.

CRESCIMENTO DAS CIDADES E A PERIFERIZAÇÃO. **Multipress Digital**, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S_xJs-Cfw9k>. Acesso em: 05/06/2021.

ARQUITETURA E SAÚDE: COMO O ESPAÇO IMPACTA NO BEM-ESTAR EMOCIONAL, 2021. **ArchDaily Brasil**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/966233/arquitetura-e-saude-como-o-espaco-impacta-no-bem-estar-emocional>>. Acesso em: 12/11/2021.

ETIMOLOGIA. **Origem da palavra**, 2021. Disponível em: <<https://origemdapalavra.com.br/>>. Acesso em: 09/05/2021.

FACHIN, P. **A Reforma Urbana é uma via para combater as desigualdades sociais. Entrevista especial com Thiago Trindade**. Instituto Humanitas Unisinos, 2021. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/612881-a-reforma-urbana-e-uma-via-para-combater-as-desigualdades-sociais-entrevista-especial-com-thiago-trindade>>. Acesso em: 10/11/21.

FILHO, C. A. **Ocupações Irregulares Urbanas: Análise das políticas públicas de moradia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

FRENTE DE LUTA POR MORADIA. Disponível em: <<https://portaldafilm.com.br/>>. Acesso em: 25/05/2021.

HABITAÇÃO. **Dicionário do Desenvolvimento**, 2021. Disponível em <<https://ddesenvolvimento.com/portfolio/habitacao/>>. Acesso em: 16/11/2021.

HARROUK, C. NOTÍCIAS DA ARQUITETURA. **ArchDaily Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/958584/anne-lacaton-e-jean-philippe-vassal-recebem-o-premio-pritzker-2021>>. Acesso em: 12/06/2021.

HARVEY, D.; MARICATO, E.; VAINER, C. et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as Ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2015.

INFORMATIVO ECONÔMICO JANEIRO 2021. Câmara **Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**, 2021. Disponível em: <<https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2021/03/informativo-economico-04-marcio-2021-deficit-habitacional.pdf>>. Acesso em 20/05/2021.

KASA INVISIVEL, 2021. Disponível em: <<https://kasainvisivel.org/>>. Acesso em: 09/11/2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MANIFESTO DAS BRIGADAS POPULARES. **Brigadas Populares, 2012/2013**. Disponível em: <<https://brigadaspopulares.org.br/manifesto-das-brigadas-populares/>>. Acesso em 06/06/2021.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, E. **O Impasse da Política Urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Disponível em: <<https://mst.org.br/>>. Acesso em: 25/05/2021

MIRANDA, Ângelo Tiago de. **Urbanização do Brasil – Consequências e Características das Cidades**. Educação Uol, 2021. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/urbanizacao-do-brasil-consequencias-e-caracteristicas-das-cidades.htm>>. Acesso em: 16/11/2021.

O QUÊ É ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA: como funciona e como ela te afeta?. **Vangardi**, 2020. Disponível em: <<https://vangardi.com.br/especulacao-imobiliaria/>>. Acesso em: 10/06/2021.

ONU, **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNITED NATIONS HUMAN RIGHT, 1945. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em: 16/11/2021.

ONU, **Carta das Nações Unidas**: TRATADO INTERNACIONAL, 1945. Disponível em <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/3tratados.htm>>. Acesso em: 16/11/2021.

ONU, Agenda 2030: **Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, 2021. Disponível em: < <http://www.agenda2030.org.br/ods/11/>>. Acesso em: 31/08/2021.

PACELLI H. Resenha: Maricato, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011. **Revista espinhaço**, 4(1), 46–48, 2015.

PEABIRU, 2021. Peabiru TCA. Disponível em: < http://www.peabirutca.org.br/?page_id=2> . Acesso em: 10/11/2021.

PENA, R. F. A. Efeitos da especulação imobiliária nas cidades; **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/efeitos-especulacao-imobiliaria-nas-cidades.htm>>. Acesso em: 27/05/2021.

PONCHIROLLI, R. O que são movimentos sociais? Politize!, 2019. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/movimentos-sociais/>>. Acesso em: 12/11/2021.

PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA AGORA É LEI. **Governo do Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/01/programa-casa-verde-e-amarela-agora-e-lei>>. Acesso em: 26/05/2021.

PRUIJT, Hans. Squatting in Europe. In: SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE. Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles. Nova York: Autonomedia, 2013. P. 17-60.

REEVE, K. Squatting: a homelessness issue, an evidence review. Londres, Reino Unido: 2011.

RIBEIRO, L. Rumos das nossas Cidades. O impasse da política urbana no Brasil. **Observatório das Metrôpoles**, 2011. Disponível em: < <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/rumos-das-nossas-cidades-o-impasse-da-politica-urbana-no-brasil/>>. Acesso em 28/05/2021.

ROCHA, P. M. Palestra magna na II Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo, em 2017. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CPkz5EzB08L/> . Acesso em: 31/08/2021.

ROLNIK, R. **O que é cidade (Primeiros Passos)**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

RUDY, C. **A outra face das cidades: Intervenções (não institucionais) do Espaço Urbano – os squatters**. Revista O olho da história – Mundo Urgente, 2019.

SCHWEIZER, P. J.; JUNIOR, W. P. Casa, moradia, habitação. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7839>>. Acesso em: 16/11/2021.

SIGNIFICADOS DE ARQUITETURA. **Significados, 2021**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/arquitetura/>>. Acesso em: 16/11/2021

SOUSA, G. Ocupação de Prédios e Reforma Urbana, São Paulo: 2000.

TRINDADE, T. A. **Protesto e Democracia: Ocupações Urbanas e Lutas pelo Direito à Cidade**. Jundiaí: Paco, 2017.

TRINDADE, T.A. **O que significam as ocupações de imóveis em áreas centrais?** CANDERO CRH, Salvador, 2017.

UMM : Organização Interna. Disponível em: < <https://sp.unmp.org.br/organizacao-interna/>>. Acesso em: 31/08/2021.

URBANISMO: tudo que você precisa saber + os maiores urbanistas do mundo. **Viva Decora PRO**, 2020. Disponível em: < <https://www.vivadecora.com.br/pro/arquitetura/urbanismo/>>. Acesso em: 12/05/2021.

10 APENDICES

APENDICE A - QUESTIONÁRIO DE COORDENADORES

OCUPAÇÕES URBANAS | QUESTIONÁRIO A | COORDENADORES

<p>a</p> <p>ETAPA I</p> <p>DADOS PESSOAIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • NOME • IDADE • LOCALIDADE • FUNÇÃO NO MOVIMENTO • TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO
<p>b</p> <p>ETAPA II</p> <p>PERGUNTAS ESPECÍFICAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • MOVIMENTO QUE REPRESENTA • TEMPO DE EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO • SOBRE VOCÊ: QUANDO SE ENVOLVEU COM O MOVIMENTO? QUAL FOI O CAMINHO QUE TE TROUXE ATÉ AQUI? • NA CAUSA DAS OCUPAÇÕES URBANAS, QUAIS SÃO AS PARTICIPAÇÕES (ÓRGÃOS, PESSOAS SINGULARES, PROFISSIONAIS, PARTICIPANTES) QUE, NO SEU VER, SÃO CONSIDERADAS ESSENCIAIS PARA UM BOM FUNCIONAMENTO? • DESTAS PARTICIPAÇÕES... O MOVIMENTO POSSUI APOIO DE TODAS ESSAS VERTENTES QUE ACHAM NECESSÁRIAS? SE A RESPOSTA FOR NÃO, QUAIS SÃO AS QUE FALTAM? • O MOVIMENTO POSSUI PROFISSIONAIS DA ARQUITETURA E URBANISMO PRESENTES NA ORGANIZAÇÃO? SE SIM, QUE AUXÍLIOS PRESTAM E COMO TRABALHAM DENTRO DO MOVIMENTO? • ACREDITA QUE A AÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA É SUFICIENTEMENTE ATIVA NA REALIDADE DAS OCUPAÇÕES URBANAS? • VOCÊ CONSIDERA A AÇÃO DO ARQUITETO RELEVANTE PARA A CAUSA? PORQUE? • NUM CENÁRIO IDEAL, QUE TIPO DE PARTICIPAÇÃO DO ARQUITETO VOCÊ ESPERARIA?

APENDICE B – QUESTIONÁRIO DE APOIADORES

OCUPAÇÕES URBANAS | QUESTIONÁRIO B | APOIADORES

<p>a</p> <p>ETAPA I</p> <p>DADOS PESSOAIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • NOME • IDADE • LOCALIDADE • NOME DA OCUPAÇÃO OU MOVIMENTO QUE APOIA
<p>b</p> <p>ETAPA II</p> <p>PERGUNTAS ESPECÍFICAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • SOBRE VOCÊ: QUANDO SE ENVOLVEU COM O MOVIMENTO? QUAL FOI O CAMINHO QUE TE TROUXE ATÉ AQUI? • DE QUE MANEIRA VOCÊ AGE NESTA REALIDADE? • SENTES QUE A CAUSA QUE APOIAS POSSUI PARTICIPAÇÕES (ÓRGÃOS, PESSOAS SINGULARES, PROFISSIONAIS, PARTICIPANTES) SUFICIENTES? SE NÃO, QUAIS SÃO AS PARTICIPAÇÕES QUE SERIAM NECESSÁRIAS? • JÁ ESTEVE EM CONTATO COM ARQUITETOS E URBANISTAS NA CAUSA EM QUE APOIAS? SE SIM, QUE AUXÍLIOS PRESTAM, COMO TRABALHAM DENTRO DO MOVIMENTO? • ACREDITAS QUE A AÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA É SUFICIENTEMENTE ATIVA NA REALIDADE DA CAUSA? SE NÃO, DE QUE MANEIRA PODERIA PARTICIPAR PARA SER MAIS EFETIVA SUA PARTICIPAÇÃO? • VOCÊ CONSIDERA A AÇÃO DO ARQUITETO RELEVANTE PARA A CAUSA? PORQUE? • NUM CENÁRIO IDEAL, QUE TIPO DE PARTICIPAÇÃO DO ARQUITETO VOCÊ ESPERARIA?

APENDICE C – QUESTIONÁRIO DE MORADORES

OCUPAÇÕES URBANAS | QUESTIONÁRIO C | MORADORES

<p>a</p> <p>ETAPA I</p> <p>DADOS PESSOAIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • NOME • IDADE • DESDE QUANDO RESIDE NA OCUPAÇÃO
<p>b</p> <p>ETAPA II</p> <p>PERGUNTAS ESPECÍFICAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • NOME DA OCUPAÇÃO • INÍCIO DA OCUPAÇÃO • LOCAL DA OCUPAÇÃO • NÚMERO DE MORADORES DA OCUPAÇÃO • SOBRE VOCÊ: QUANDO SE ENVOLVEU COM O MOVIMENTO? QUAL FOI O CAMINHO QUE TE TROUXE ATÉ AQUI? • SENTES QUE A OCUPAÇÃO QUE APOIAS POSSUI PARTICIPAÇÕES (ÓRGÃOS, PESSOAS SINGULARES, PROFISSIONAIS, PARTICIPANTES) SUFICIENTES? SE NÃO, QUAIS SÃO AS PARTICIPAÇÕES QUE SERIAM NECESSÁRIAS? • JÁ ESTEVE EM CONTATO COM ARQUITETOS E URBANISTAS NA SUA OCUPAÇÃO? SE SIM, QUE AUXÍLIOS PRESTAM E COMO TRABALHAM DENTRO DO MOVIMENTO? • ACREDITAS QUE A AÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA É SUFICIENTEMENTE ATIVA NA REALIDADE DA OCUPAÇÃO? SE NÃO, DE QUE MANEIRA PODERIA PARTICIPAR PARA SER MAIS EFETIVA SUA PARTICIPAÇÃO? • VOCÊ CONSIDERA A AÇÃO DO ARQUITETO RELEVANTE PARA A CAUSA? • EM UM CENÁRIO IDEAL, QUE TIPO DE PARTICIPAÇÃO DO ARQUITETO VOCÊ ESPERARIA?

APENDICE D – ARQUIVO EXPLICATIVO | PRÉ-QUESTIONÁRIOS

APRESENTAÇÃO

OLÁ! TUDO BEM?

Me chamo Caroline Custódio, sou estudante de Arquitetura e Urbanismo e estou realizando meu Trabalho Final de Graduação de Curso com Tema: OCUPAÇÕES URBANAS – RELEVÂNCIA DO ARQUITETO E URBANISTA NESTA REALIDADE.

Envio este breve questionário com o intuito de compreender melhor a realidade das ocupações urbanas nacionais e acredito que a maneira mais verdadeira de conseguir estas respostas, seja questionando quem vivencia esta realidade.

Quanto a maneira de resposta: você quem sabe! Faça como for melhor para você! Estarei aberta para qualquer maneira de contato (áudio, vídeo, escrita, etc)!

Agradeço, desde já, a sua participação!



ETAPAS

EXPLICANDO...

ETAPA I - Dados Pessoais

Essa etapa consta com perguntas mais rápidas, destinadas a conhecer, minimamente e superficialmente, a pessoa que está respondendo.

ETAPA II - Entrevista | Vivências

Nesta etapa, busca-se compreender melhor as perspectivas pessoais. Sinta-se livre para expressar suas vivências e opiniões...

Aqui também, há uma investigação específica a respeito da ação dos arquitetos e urbanistas na realidade das ocupações urbanas.



INFORMAÇÕES PERTINENTES :)

ARQUITETO E URBANISTA

Para as respostas da ETAPA II, será pertinente um aprofundamento no trabalho do profissional de **Arquitetura e Urbanismo...**

Em rápidos conceitos, as atividades são consideradas:

Arquitetura: É o processo artístico e técnico que envolve a elaboração de espaços organizados e criativos para abrigar diferentes tipos de atividades humanas.

Urbanismo: É uma ciência humana, multidisciplinar, relacionada ao estudo, regulação, controle e planejamento de cidades.

Por vezes, quando pensamos no profissional de arquitetura e urbanismo, direcionamos nossa ideia para reformas, projetos interiores ou grandes edifícios. Porém, nosso papel para com a comunidade vai além disso. Durante os anos de estudo, adquirimos conhecimento urbano e nos comprometemos em nosso código de ética com questões urbanas sociais que, muitas vezes, passam esquecidas/omitidas pelos profissionais e pela sociedade.

Essas disposições em prol das ações públicas, sociais e urbanas são encontradas no Código de Ética de Arquitetura e Urbanismo.

Para qualquer dúvida ou sugestão, estou à disposição!

Caroline Custódio.



11 ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO VANESSA

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO MATHEUS

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO GIANCARLO

ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO JAHY

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O TCLE respeita as resoluções nºs 196/96 e 466/2012

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa intitulada OCUPAÇÕES URBANAS – A Relevância do Arquiteto e Urbanismo nesta realidade cujo objetivo é compreender a relevância do profissional de arquitetura na realidade das ocupações urbanas, e está associada a Caroline Custódio.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes:

1. Sobre sua participação:

- A sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a perguntas realizadas em entrevistas e/ou ser observado durante sua permanência no ambiente estudado.
- As atividades serão registradas em fotografias, áudio e/ou vídeo para posterior análise, cujos arquivos serão guardados por dois (02) anos e após este tempo serão eliminados.
- A entrevista e/ou registros serão feitos somente pelo pesquisador, respeitando a data escolhida e estabelecida pelo(a) participante.
- Sua participação não envolve nenhum custo e nem compensações financeiras, uma vez que tais compensações não são permitidas pela legislação brasileira.

2. Sobre Benefícios e Riscos:

- Os benefícios relacionados à sua participação serão o de aumento do conhecimento científico para a área de Arquitetura e Urbanismo, no âmbito da realidade urbana brasileira e comunidade acadêmica. São benefícios amplos e estão relacionados à sociedade como um todo e não estão relacionados à figura do participante, em particular.

- Entende-se que os riscos oferecidos aos participantes da pesquisa são mínimos, pois sua participação se limitará a responder entrevistas e/ou ser observado durante as atividades. As perguntas das entrevistas foram formuladas de forma a não lhe causar nenhum tipo de constrangimento e as observações serão realizadas apenas quando autorizadas pela instituição na qual elas ocorrem e/ou por você.
- Entretanto, é possível que você sinta algum pequeno desconforto, como um pequeno cansaço em responder às perguntas. Por isso, a entrevista não será longa e o você poderá fazer as pausas que achar necessárias, além de escolher o dia e a hora que lhe convier para realizá-la. Visando minimizar qualquer risco de cansaço ou desconforto, o ambiente para a entrevista será preparado com cadeiras adequadas e demais providências para o conforto, como iluminação e ventilação do ambiente.

3. Sobre as Garantias ao Participante:

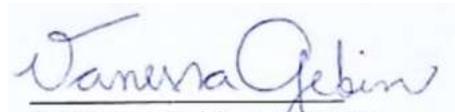
- Sua participação é voluntária. Você poderá solicitar a interrupção ou desistência de sua participação na pesquisa a qualquer momento. É garantida a sua liberdade em recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum tipo de penalização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os seus dados, tampouco na qual trabalha.
- É garantida a manutenção do sigilo e privacidade do participante em todas as fases da pesquisa. Sua participação será tratada de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória e/ou sua imagem será tratada por programas computadorizados para que não seja possível sua identificação. Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para esta pesquisa e para fins científicos.
- Conforme explicado no item 1 deste documento, sua participação não envolve nenhum custo, ou seja, você não terá nenhuma despesa advinda da sua participação na pesquisa. Caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer, você tem garantido o ressarcimento da mesma.
- O pesquisador que também assina esse documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 466/12 de 12/06/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa. Entretanto, caso o Sr.(a) sinta de alguma forma prejudicado em decorrência desta pesquisa poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente e amplamente



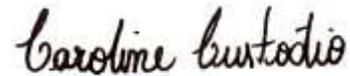
consubstanciada.

- É garantido ao participante o recebimento de uma cópia deste termo, no qual constam os contatos do pesquisador responsável e demais membros da equipe, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.
- As partes se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução da presente pesquisa, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), sob pena de incidência de multa por descumprimento, sem prejuízo de perdas e danos.

Eu, Janessa Pereira Gebim, declaro que compreendi tudo o que me foi explicado e estou ciente dos objetivos, procedimentos, benefícios e riscos da presente pesquisa. Assim, concordo por livre e espontânea vontade em participar da mesma.


Assinatura do(a) participante
RG: 32.969.2604

Contato Pesquisador Principal:
Nome: Caroline Custódio
E-mail carolcustodioc@hotmail.com
Fone: (54)99148-8725



Assinatura do pesquisador principal

Contato Instituição Unisul
CNPJ: 84.684.182/0020-10
Governador Ivo Silveira, 3775 - Capoeiras

Florianópolis, Santa Catarina, 19 de Novembro de 2021.



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O TCLE respeita as resoluções nºs 196/96 e 466/2012

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa intitulada OCUPAÇÕES URBANAS – A Relevância do Arquiteto e Urbanismo nesta realidade cujo objetivo é compreender a relevância do profissional de arquitetura na realidade das ocupações urbanas, e está associada a Caroline Custódio.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes:

1. Sobre sua participação:

- A sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a perguntas realizadas em entrevistas e/ou ser observado durante sua permanência no ambiente estudado.
- As atividades serão registradas em fotografias, áudio e/ou vídeo para posterior análise, cujos arquivos serão guardados por dois (02) anos e após este tempo serão eliminados.
- A entrevista e/ou registros serão feitos somente pelo pesquisador, respeitando a data escolhida e estabelecida pelo(a) participante.
- Sua participação não envolve nenhum custo e nem compensações financeiras, uma vez que tais compensações não são permitidas pela legislação brasileira.

2. Sobre Benefícios e Riscos:

- Os benefícios relacionados à sua participação serão o de aumento do conhecimento científico para a área de Arquitetura e Urbanismo, no âmbito da realidade urbana brasileira e comunidade acadêmica. São benefícios amplos e estão relacionados à sociedade como um todo e não estão relacionados à figura do participante, em particular.

- Entende-se que os riscos oferecidos aos participantes da pesquisa são mínimos, pois sua participação se limitará a responder entrevistas e/ou ser observado durante as atividades. As perguntas das entrevistas foram formuladas de forma a não lhe causar nenhum tipo de constrangimento e as observações serão realizadas apenas quando autorizadas pela instituição na qual elas ocorrem e/ou por você.
- Entretanto, é possível que você sinta algum pequeno desconforto, como um pequeno cansaço em responder às perguntas. Por isso, a entrevista não será longa e o você poderá fazer as pausas que achar necessárias, além de escolher o dia e a hora que lhe convier para realizá-la. Visando minimizar qualquer risco de cansaço ou desconforto, o ambiente para a entrevista será preparado com cadeiras adequadas e demais providências para o conforto, como iluminação e ventilação do ambiente.

3. Sobre as Garantias ao Participante:

- Sua participação é voluntária. Você poderá solicitar a interrupção ou desistência de sua participação na pesquisa a qualquer momento. É garantida a sua liberdade em recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum tipo de penalização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os seus dados, tampouco na qual trabalha.
- É garantida a manutenção do sigilo e privacidade do participante em todas as fases da pesquisa. Sua participação será tratada de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória e/ou sua imagem será tratada por programas computadorizados para que não seja possível sua identificação. Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para esta pesquisa e para fins científicos.
- Conforme explicado no item 1 deste documento, sua participação não envolve nenhum custo, ou seja, você não terá nenhuma despesa advinda da sua participação na pesquisa. Caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer, você tem garantido o ressarcimento da mesma.
- O pesquisador que também assina esse documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 466/12 de 12/06/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa. Entretanto, caso o Sr.(a) sinta de alguma forma prejudicado em decorrência desta pesquisa poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente e amplamente



consubstanciada.

- É garantido ao participante o recebimento de uma cópia deste termo, no qual constam os contatos do pesquisador responsável e demais membros da equipe, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.
- As partes se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução da presente pesquisa, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), sob pena de incidência de multa por descumprimento, sem prejuízo de perdas e danos.

Eu, Matheus Troilo de Oliveira, declaro que compreendi tudo o que me foi explicado e estou ciente dos objetivos, procedimentos, benefícios e riscos da presente pesquisa. Assim, concordo por livre e espontânea vontade em participar da mesma.

Matheus Troilo de Oliveira _____

Assinatura do(a) participante
CPF: 36.530.634-4

Contato Pesquisador Principal:
Nome: Caroline Custódio
E-mail carolcustodioc@hotmail.com
Fone: (54)99148-8725

Caroline Custódio

Assinatura do pesquisador principal

Contato Instituição Unisul
CNPJ: 84.684.182/0020-10
Governador Ivo Silveira, 3775 - Capoeiras

Florianópolis, Santa Catarina, 19 de Novembro de 2021.



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O TCLE respeita as resoluções nºs 196/96 e 466/2012

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa intitulada OCUPAÇÕES URBANAS – A Relevância do Arquiteto e Urbanismo nesta realidade cujo objetivo é compreender a relevância do profissional de arquitetura na realidade das ocupações urbanas, e está associada a Caroline Custódio.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes:

1. Sobre sua participação:

- A sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a perguntas realizadas em entrevistas e/ou ser observado durante sua permanência no ambiente estudado.
- As atividades serão registradas em fotografias, áudio e/ou vídeo para posterior análise, cujos arquivos serão guardados por dois (02) anos e após este tempo serão eliminados.
- A entrevista e/ou registros serão feitos somente pelo pesquisador, respeitando a data escolhida e estabelecida pelo(a) participante.
- Sua participação não envolve nenhum custo e nem compensações financeiras, uma vez que tais compensações não são permitidas pela legislação brasileira.

2. Sobre Benefícios e Riscos:

- Os benefícios relacionados à sua participação serão o de aumento do conhecimento científico para a área de Arquitetura e Urbanismo, no âmbito da realidade urbana brasileira e comunidade acadêmica. São benefícios amplos e estão relacionados à sociedade como um todo e não estão relacionados à figura do participante, em particular.

- Entende-se que os riscos oferecidos aos participantes da pesquisa são mínimos, pois sua participação se limitará a responder entrevistas e/ou ser observado durante as atividades. As perguntas das entrevistas foram formuladas de forma a não lhe causar nenhum tipo de constrangimento e as observações serão realizadas apenas quando autorizadas pela instituição na qual elas ocorrem e/ou por você.
- Entretanto, é possível que você sinta algum pequeno desconforto, como um pequeno cansaço em responder às perguntas. Por isso, a entrevista não será longa e o você poderá fazer as pausas que achar necessárias, além de escolher o dia e a hora que lhe convier para realizá-la. Visando minimizar qualquer risco de cansaço ou desconforto, o ambiente para a entrevista será preparado com cadeiras adequadas e demais providências para o conforto, como iluminação e ventilação do ambiente.

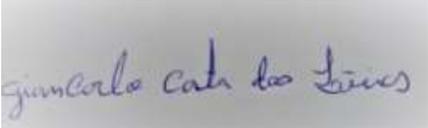
3. Sobre as Garantias ao Participante:

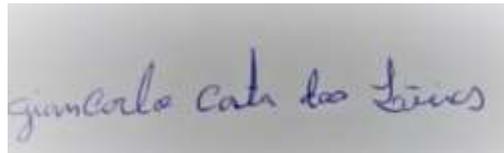
- Sua participação é voluntária. Você poderá solicitar a interrupção ou desistência de sua participação na pesquisa a qualquer momento. É garantida a sua liberdade em recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum tipo de penalização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os seus dados, tampouco na qual trabalha.
- É garantida a manutenção do sigilo e privacidade do participante em todas as fases da pesquisa. Sua participação será tratada de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória e/ou sua imagem será tratada por programas computadorizados para que não seja possível sua identificação. Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para esta pesquisa e para fins científicos.
- Conforme explicado no item 1 deste documento, sua participação não envolve nenhum custo, ou seja, você não terá nenhuma despesa advinda da sua participação na pesquisa. Caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer, você tem garantido o ressarcimento da mesma.
- O pesquisador que também assina esse documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 466/12 de 12/06/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa. Entretanto, caso o Sr.(a) sinta de alguma forma prejudicado em decorrência desta pesquisa poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente e amplamente



consubstanciada.

- É garantido ao participante o recebimento de uma cópia deste termo, no qual constam os contatos do pesquisador responsável e demais membros da equipe, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.
- As partes se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução da presente pesquisa, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), sob pena de incidência de multa por descumprimento, sem prejuízo de perdas e danos.

Eu, , declaro que compreendi tudo o que me foi explicado e estou ciente dos objetivos, procedimentos, benefícios e riscos da presente pesquisa. Assim, concordo por livre e espontânea vontade em participar da mesma.



Assinatura do(a) participante

Contato Pesquisador Principal:
Nome: Caroline Custódio
E-mail carolcustodioc@hotmail.com
Fone: (54)99148-8725



Assinatura do pesquisador principal

Contato Instituição Unisul
CNPJ: 84.684.182/0020-10
Governador Ivo Silveira, 3775 - Capoeiras

Florianópolis, Santa Catarina, 19 de Novembro de 2021.

